GOVERNO DA PARAÍBA

EDITAL

Pregão Eletrônico nº 002/2026	**Data de Abertura:** 01/04/2026 às 09:00h **www.gov.br/compras/pt-br**	
Nº do PE no compras.gov.br: 900022026	**UASG:** 925302	**Nº do Proc.:** 19.000.000114.2025
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNERO ALIMENTÍCIO (MERCEARIA 4)		
Órgão Requisitante: CASA CIVIL DO GOVERNADOR - CCG		
Valor Total Estimado: R$ 176.145,026 (cento e setenta e seis mil cento e quarenta e cinco reais dois centavos e seis milésimos de real)		
PREGÃO ELETRÔNICO RP - COMPRAS (FORNECIMENTO CONTÍNUO)		

Registro de Preços?	**Vistoria?**	**Amostra?**
SIM	NÃO	NÃO
Exclusiva ME/EPP?	**Cota Reservada ME/EPP?**	**Critério de Julgamento das Propostas?**
NÃO	NÃO	MENOR PREÇO

Modo de Disputa: ABERTO-FECHADO	**Critério de Aceitabilidade de Preços:** UNITÁRIO DO ITEM

DESTAQUES

ATENÇÃO! A prática de condutas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021 poderá acarretar a instauração de procedimento administrativo de apuração de responsabilidade para aplicação das sanções legais.

A simples participação de licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte, amparada por declaração com conteúdo falso (marcação de opção no sistema), pode configurar fraude à licitação e ensejar a aplicação das penalidades da lei. Não é necessário, para a configuração do ilícito, que a autora obtenha a vantagem esperada.

No procedimento licitatório em tela, o lance deverá ser ofertado pelo VALOR UNITÁRIO do item.

Encerrada a fase de lances, após a negociação, serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima dos valores unitários máximos fixados no Anexo I do Termo de Referência, bem como aos valores totais máximos dos lotes.

Recomendamos a atenta leitura do instrumento convocatório e seus anexos e alertamos para o acompanhamento do andamento do certame e quanto à necessidade de cautela quando da apresentação das propostas, cuidando para que não ocorra desconexão, nem deixem de atender as solicitações da(o) Pregoeira(o), a fim de evitar a prática de condutas que poderá acarretar na aplicação das sanções previstas.

SADDIN202612706A

Assinado com senha por [SAD73770] [SENHA] JESSICA CECILIA DE ALBUQUERQUE ARAUJO e [SAD103015] [SENHA] WANESSA MARIA DE PAULA DA SILVA VIANA em 18/03/2026 - 09:58hs.
Documento Nº: 10507949-8999 - consulta à autenticidade em https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10507949-8999

PBdoc

GOVERNO DA PARAÍBA

EDITAL

A SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, na qualidade de órgão gerenciador conforme os termos do Art. 8°, do Decreto Estadual n° 43.759/2023, por intermédio da Central de Compras, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local indicados na capa deste instrumento convocatório, realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, do Decreto Estadual nº 43.759, de 2023 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação encontra-se descrito na capa do Edital e deverá ser fornecido conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no presente instrumento e seus anexos, atendendo a tudo que estiver disposto no Termo de Referência.

1.2. A licitação será realizada em um único lote, formado por mais de um item, conforme tabela constante no anexo I do Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.3. Tratando-se de licitação em lote/grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no anexo I do Termo de Referência. (art. 19, Decreto Estadual nº 43.759/2023).

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

3.1.3. Será permitida a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio, nos termos e condições descritos no art. 15, caput, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação,

SADDIN202612706A

Assinado com senha por [SAD73770] [SENHA] JESSICA CECILIA DE ALBUQUERQUE ARAUJO e [SAD103015] [SENHA] WANESSA MARIA DE PAULA DA SILVA VIANA em 18/03/2026 - 09:58hs.
Documento Nº: 10507949-8999 - consulta à autenticidade em https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10507949-8999

PBdoc

devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.5.1. Nos itens cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte não será concedido tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.6.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.6.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, especialmente os sócios da licitante, nos termos do art. 1º, inc. III, da Lei Estadual nº 8.124/2006 (alt. pela Lei nº 10.272/2014);

3.6.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito

SADDIN202612706A

Assinado com senha por [SAD73770] [SENHA] JESSICA CECILIA DE ALBUQUERQUE ARAUJO e [SAD103015] [SENHA] WANESSA MARIA DE PAULA DA SILVA VIANA em 18/03/2026 - 09:58hs.
Documento Nº: 10507949-8999 - consulta à autenticidade em https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10507949-8999

PBdoc

de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.8. O impedimento de que trata o item 3.6.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.4 e 3.6.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.6.4 e 3.6.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.13. A vedação de que trata o item 3.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não é de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

SADDIN202612706A

Assinado com senha por [SAD73770] [SENHA] JESSICA CECILIA DE ALBUQUERQUE ARAUJO e [SAD103015] [SENHA] WANESSA MARIA DE PAULA DA SILVA VIANA em 18/03/2026 - 09:58hs.
Documento Nº: 10507949-8999 - consulta à autenticidade em https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10507949-8999

PBdoc

5.3.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.5.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

SADDIN202612706A

Assinado com senha por [SAD73770] [SENHA] JESSICA CECILIA DE ALBUQUERQUE ARAUJO e [SAD103015] [SENHA] WANESSA MARIA DE PAULA DA SILVA VIANA em 18/03/2026 - 09:58hs.
Documento Nº: 10507949-8999 - consulta à autenticidade em https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10507949-8999

PBdoc

5.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3 ou 5.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.13.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

5.13.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

SADDIN202612706A

Assinado com senha por [SAD73770] [SENHA] JESSICA CECILIA DE ALBUQUERQUE ARAUJO e [SAD103015] [SENHA] WANESSA MARIA DE PAULA DA SILVA VIANA em 18/03/2026 - 09:58hs.
Documento Nº: 10507949-8999 - consulta à autenticidade em https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10507949-8999

PBdoc

5.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor UNITÁRIO do item, com apenas 03 (três) casas decimais;

6.1.1.1. Caso o licitante informe preços com número de casas decimais superior a 03 (três) dígitos, a(o) Pregoeira(o) dar-se-á o direito de adequação dos preços, de acordo com o estabelecido no item 6.1.1, cujos arredondamentos dar-se-ão para baixo, tanto para preços unitários quanto para preços totais;

6.1.2. Marca / Fabricante

6.1.3. Modelo / Versão

6.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo indicado no Anexo I do Termo de Referência;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias,** a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas aplicáveis ao Estado da Paraíba, ou preço máximo estabelecido no Anexo I do Termo de Referência, se for o caso, quando participarem de licitações públicas;

SADDIN202612706A

Assinado com senha por [SAD73770] [SENHA] JESSICA CECILIA DE ALBUQUERQUE ARAUJO e [SAD103015] [SENHA] WANESSA MARIA DE PAULA DA SILVA VIANA em 18/03/2026 - 09:58hs.
Documento Nº: 10507949-8999 - consulta à autenticidade em https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10507949-8999

PBdoc

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Anexo I do Termo de Referência;

6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71 da Constituição Federal e/ou Estadual; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6.13. Após a fase de lances, quando solicitado pela(o) Pregoeira(o), o licitante mais bem classificado deverá enviar a proposta adequada ao último lance ofertado.

6.14. As especificações dos itens do Anexo I do Termo de Referência, anexo deste Edital em nenhum momento serão substituídas pelas descrições resumidas, constantes na Relação de Itens divulgada no site www.gov.br/compras. Em caso de divergência nas especificações dos itens, prevalecerão as do Anexo I do Termo de Referência.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados na capa deste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, **até a abertura da sessão pública**.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a(o) Pregoeira(o) e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo VALOR UNITÁRIO do item.

7.5.1. Após o envio do lance, o sistema do ‘compras.gov.br’ computará o valor TOTAL DO LOTE, para fins de classificação;

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R$ 0,01 (um centavo).

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

SADDIN202612706A

Assinado com senha por [SAD73770] [SENHA] JESSICA CECILIA DE ALBUQUERQUE ARAUJO e [SAD103015] [SENHA] WANESSA MARIA DE PAULA DA SILVA VIANA em 18/03/2026 - 09:58hs.
Documento Nº: 10507949-8999 - consulta à autenticidade em https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10507949-8999

PBdoc

7.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.10.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.10.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.10.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.10.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.10.6. Poderá a(o) Pregoeira(o), auxiliada(o) pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atenda às exigências de habilitação.

7.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.14. No caso de desconexão com a(o) Pregoeira(o), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a(o) Pregoeira(o) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela(o) Pregoeira(o) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

SADDIN202612706A

Assinado com senha por [SAD73770] [SENHA] JESSICA CECILIA DE ALBUQUERQUE ARAUJO e [SAD103015] [SENHA] WANESSA MARIA DE PAULA DA SILVA VIANA em 18/03/2026 - 09:58hs.
Documento Nº: 10507949-8999 - consulta à autenticidade em https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10507949-8999

PBdoc

7.17.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.17.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta lei;

7.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado da Paraíba;

7.18.2.2. empresas brasileiras;

7.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.18.3. Permanecendo o empate após a aplicação de todos os critérios de desempate previstos em lei, proceder-se-á a sorteio das propostas empatadas a ser realizado por meio da funcionalidade do sistema Compras.gov.br.

SADDIN202612706A

Assinado com senha por [SAD73770] [SENHA] JESSICA CECILIA DE ALBUQUERQUE ARAUJO e [SAD103015] [SENHA] WANESSA MARIA DE PAULA DA SILVA VIANA em 18/03/2026 - 09:58hs.
Documento Nº: 10507949-8999 - consulta à autenticidade em https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10507949-8999

PBdoc

7.18.3.1. Na impossibilidade de realização do sorteio pelo sistema do compras.gov.br, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.19. Será admitida a previsão de preços diferentes conforme os critérios previstos no art. 21, III, do Decreto Estadual n° 43.759, de 2023, nas seguintes hipóteses:

7.19.1. quando o objeto for realizado ou entregue em locais diferentes;

7.19.2. em razão da forma e do local de acondicionamento;

7.19.3. quando admitida cotação variável em razão do tamanho do lote;

7.19.4. por outros motivos justificados no processo;

8. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

8.1. Encerrada a etapa de lances, a(o) Pregoeira(o) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc);

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep);

8.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

8.1.5. Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU (https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:14831188675546:::P3_TIPO_RELACAO:INIDONEO);

8.1.6. Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIL-PB (http://www.cge.pb.gov.br/site/imagens/gsc/cafil-pb.pdf).

8.1.6.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens 8.1.2; 8.1.3; 8.1.4 e 8.1.5 acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.3. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a(o) Pregoeira(o) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

SADDIN202612706A

Assinado com senha por [SAD73770] [SENHA] JESSICA CECILIA DE ALBUQUERQUE ARAUJO e [SAD103015] [SENHA] WANESSA MARIA DE PAULA DA SILVA VIANA em 18/03/2026 - 09:58hs.
Documento Nº: 10507949-8999 - consulta à autenticidade em https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10507949-8999

PBdoc

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a(o) Pregoeira(o) verificará se faz jus ao benefício aplicado.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, a(o) Pregoeira(o) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEAD n° 005, de 08 de novembro de 2023.

9. DA PROPOSTA ADEQUADA

9.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a(o) Pregoeira(o) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

9.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

9.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

9.5. A(o) Pregoeira(o) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.5.1. A "Convocação do anexo" poderá ser aberta para apenas 1 (um) dos itens contemplados pela licitante, porém caso a licitante seja vencedora de mais de 1 (um) item, esta poderá formular proposta única discriminando todos os itens arrematados e não apenas o item informado pelo sistema eletrônico.

9.6. É facultado a(o) Pregoeira(o) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

9.7. Além das informações exigidas no item 6 e subitens, a proposta de preços final do licitante mais bem classificado deverá atender aos seguintes requisitos:

9.7.1. ser redigida em língua portuguesa, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, ser assinada pelo licitante ou seu representante legal.

9.7.2. conter as especificações do objeto de forma clara e precisa, observadas as especificações constantes do Termo de Referência;

9.7.2.1. apresentar detalhamento das especificações do material a ser fornecido, inclusive indicando marca, modelo, fabricante, procedência, prazo de entrega, prazo de garantia, e demais exigências do Termo de Referência;

SADDIN202612706A

Assinado com senha por [SAD73770] [SENHA] JESSICA CECILIA DE ALBUQUERQUE ARAUJO e [SAD103015] [SENHA] WANESSA MARIA DE PAULA DA SILVA VIANA em 18/03/2026 - 09:58hs.
Documento Nº: 10507949-8999 - consulta à autenticidade em https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10507949-8999

PBdoc

9.7.3. conter razão social e CNPJ da empresa, endereço completo, telefone e endereço eletrônico (e-mail) para contato, bem como nome do proponente ou de seu representante legal, e cargo na empresa;

9.7.4. conter indicação do banco, número da agência e conta do licitante, para fins de pagamento.

9.7.5. conter declaração que a empresa se enquadra na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso;

9.7.5.1. Se a Microempresa (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), for OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL, declarar a opção e apresentar a comprovação de que faz jus ao tratamento tributário favorecido;

9.7.6. Declaração de que nos valores propostos estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

9.7.7. conter a informação da alíquota de ISS e/ou ICMS, de acordo com a norma tributária vigente no local da licitação, aplicável ao objeto do certame. No caso de não incidência de ISS e/ou ICMS o licitante deverá informar na proposta, o dispositivo legal ou comprovação que vislumbrar pertinente, que subsidie a sua alegação de não incidência do respectivo imposto;

9.7.8. No caso da incidência de ICMS:

9.7.8.1. Para empresa localizada em outra unidade da federação, em obediência ao Decreto Estadual nº 20.210/98, informar os valores propostos com a alíquota vigente em seu Estado e os valores propostos acrescidos da diferença de alíquota.

9.7.8.2. Tratando-se de produtos e/ou empresas isentos de ICMS ou com diferenciação de alíquota, informar o dispositivo legal que comprove tal benefício;

9.7.8.3. Na hipótese de qualquer operação com mercadorias importadas do exterior, a isenção do ICMS fica condicionada à comprovação de inexistência de similar produzido no país, que será atestada por órgão federal competente ou por entidade representativa do setor produtivo da mercadoria ou do bem com abrangência em todo o território nacional;

9.7.9. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 159, inc. V, da IN RFB nº 2.110, de 2022.

9.8. A(o) pregoeira(o) realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

9.9. A(o) pregoeira(o) concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa SEAD Nº 005/2023.

9.10. Para o correto dimensionamento da proposta, o licitante deverá atentar-se às condições e exigências estabelecidas no o Termo de Referência, anexo a este Edital.

9.11. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

SADDIN202612706A

Assinado com senha por [SAD73770] [SENHA] JESSICA CECILIA DE ALBUQUERQUE ARAUJO e [SAD103015] [SENHA] WANESSA MARIA DE PAULA DA SILVA VIANA em 18/03/2026 - 09:58hs.
Documento Nº: 10507949-8999 - consulta à autenticidade em https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10507949-8999

PBdoc

10. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

10.1. Após a negociação do preço, a(o) Pregoeira(o) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10.2. Será desclassificada a proposta vencedora que:

10.2.1. contiver vícios insanáveis;

10.2.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

10.2.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

10.2.3.1. os valores que permanecerem acima dos valores unitários máximos fixados no Anexo I do Termo de Referência, bem como acima dos valores totais máximos referente aos lotes, serão desclassificados.

10.2.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

10.2.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

10.2.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

10.3. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

10.4. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência da(o) Pregoeira(o), que comprove:

10.4.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

10.4.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

10.5. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

10.6. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

10.7. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

10.7.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

10.7.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

SADDIN202612706A

Assinado com senha por [SAD73770] [SENHA] JESSICA CECILIA DE ALBUQUERQUE ARAUJO e [SAD103015] [SENHA] WANESSA MARIA DE PAULA DA SILVA VIANA em 18/03/2026 - 09:58hs.
Documento Nº: 10507949-8999 - consulta à autenticidade em https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10507949-8999

PBdoc

10.8. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

11. DA FASE DE HABILITAÇÃO

11.1. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF e/ou SIREF/PB (Certificado Estadual de Cadastramento e Habilitação - CECH), nos documentos por ele abrangidos.

11.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

11.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

11.3. Considerando a permissão de participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

11.3.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o edital exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

11.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por cópia digital.

11.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

11.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

11.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

11.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

11.9. A habilitação será verificada por meio do SICAF e/ou SIREF/PB, nos documentos por ele abrangidos.

SADDIN202612706A

Assinado com senha por [SAD73770] [SENHA] JESSICA CECILIA DE ALBUQUERQUE ARAUJO e [SAD103015] [SENHA] WANESSA MARIA DE PAULA DA SILVA VIANA em 18/03/2026 - 09:58hs.
Documento Nº: 10507949-8999 - consulta à autenticidade em https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10507949-8999

PBdoc

11.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

11.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

11.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

11.11. A verificação pela(o) Pregoeira(o), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

11.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação da(o) Pregoeira(o).

11.12. A verificação no SICAF e/ou SIREF/PB ou a exigência dos documentos nele(s) não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

11.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

11.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

11.13. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 11.11.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada da(o) Pregoeira(o), a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 horas, para:

11.13.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

11.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

11.13.3. suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

11.13.4. suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

11.13.5. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

11.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

SADDIN202612706A

Assinado com senha por [SAD73770] [SENHA] JESSICA CECILIA DE ALBUQUERQUE ARAUJO e [SAD103015] [SENHA] WANESSA MARIA DE PAULA DA SILVA VIANA em 18/03/2026 - 09:58hs.
Documento Nº: 10507949-8999 - consulta à autenticidade em https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10507949-8999

PBdoc

11.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a(o) Pregoeira(o) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 11.11.1.

11.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

11.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

11.18. Os documentos a seguir serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021:

11.18.1. **Relativos à Habilitação Jurídica:**

11.18.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

11.18.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.18.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

11.18.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.18.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

11.18.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.18.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

11.18.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

11.18.1.9. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

SADDIN202612706A

Assinado com senha por [SAD73770] [SENHA] JESSICA CECILIA DE ALBUQUERQUE ARAUJO e [SAD103015] [SENHA] WANESSA MARIA DE PAULA DA SILVA VIANA em 18/03/2026 - 09:58hs.
Documento Nº: 10507949-8999 - consulta à autenticidade em https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10507949-8999

PBdoc

11.18.1.10. Agricultor familiar: Cadastro Nacional da Agricultura Familiar - CAF, válido; ou Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - DAP, ativa; ou, ainda, outros documentos definidos pelo Grupo Gestor do PAA, nos termos do art. 2º, §3º do Decreto nº 11.802, de 28 de novembro de 2023.

11.18.1.11. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

11.18.1.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.18.2. **Relativos à Regularidade fiscal, social e trabalhista**

11.18.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

11.18.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

11.18.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

11.18.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

11.18.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.18.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

11.18.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

11.18.2.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

11.18.3. **Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:**

11.18.3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

11.18.3.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

11.18.3.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, para cada exercício, índices de Liquidez

SADDIN202612706A

Assinado com senha por [SAD73770] [SENHA] JESSICA CECILIA DE ALBUQUERQUE ARAUJO e [SAD103015] [SENHA] WANESSA MARIA DE PAULA DA SILVA VIANA em 18/03/2026 - 09:58hs.
Documento Nº: 10507949-8999 - consulta à autenticidade em https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10507949-8999

PBdoc

Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), devidamente registrados na junta comercial ou no órgão competente, na forma da lei, comprovando:

11.18.3.3.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

11.18.3.3.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

11.18.3.3.3. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

11.18.3.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo equivalente a 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

11.18.3.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

11.18.3.6. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

11.18.4. **Relativos à Qualificação Técnica:**

11.18.4.1. As exigências relativas à Qualificação Técnica encontram-se elencadas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

11.18.5. **Disposições gerais sobre habilitação**

11.18.5.1. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

11.18.5.2. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

11.18.5.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.18.5.4. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.18.5.5. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11.18.6. **Havendo a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:**

SADDIN202612706A

Assinado com senha por [SAD73770] [SENHA] JESSICA CECILIA DE ALBUQUERQUE ARAUJO e [SAD103015] [SENHA] WANESSA MARIA DE PAULA DA SILVA VIANA em 18/03/2026 - 09:58hs.
Documento Nº: 10507949-8999 - consulta à autenticidade em https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10507949-8999

PBdoc

a. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

b. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

c. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

d. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

e. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

f. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

f.1. ata de fundação;
f.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
f.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
f.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
f.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
f.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

g. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

11.18.7. **Documentos Complementares:**

a. DECLARAÇÃO NEGATIVA DE RELAÇÃO FAMILIAR OU DE PARENTESCO, CONFORME MODELO ANEXO A ESTE EDITAL

11.18.8. **Havendo a participação de consórcio, será exigida a seguinte documentação complementar:**

a. Considerando a permissão de participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

b. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o edital exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

c. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

c.1. Designação do consórcio e sua composição;

c.2. Finalidade do consórcio;

c.3 Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;

c.4 Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;

SADDIN202612706A

Assinado com senha por [SAD73770] [SENHA] JESSICA CECILIA DE ALBUQUERQUE ARAUJO e [SAD103015] [SENHA] WANESSA MARIA DE PAULA DA SILVA VIANA em 18/03/2026 - 09:58hs.
Documento Nº: 10507949-8999 - consulta à autenticidade em https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10507949-8999

PBdoc

c.5. Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas

c.6. Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase do procedimento de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;

c.7. Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;

c.8. Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea "c" deste subitem;

d. O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

e. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas à habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do artigo 15 da Lei Federal nº 14.133/2021.

f. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

12. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

12.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

12.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

12.3. A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sítio eletrônico da Central de Compras.

12.3.1. A recusa injustificada de fornecedor classificado em assinar a ata, dentro do prazo (prorrogável) estabelecido neste Edital, ensejará a aplicação de penalidades.

12.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

12.5. A(s) Ata(s) de Registros de Preços com os preços registrados e fornecedores serão divulgadas no sítio eletrônico da Central de Compras e no PNCP, disponibilizada(s) durante a vigência da ata de registro de preços.

SADDIN202612706A

Assinado com senha por [SAD73770] [SENHA] JESSICA CECILIA DE ALBUQUERQUE ARAUJO e [SAD103015] [SENHA] WANESSA MARIA DE PAULA DA SILVA VIANA em 18/03/2026 - 09:58hs.
Documento Nº: 10507949-8999 - consulta à autenticidade em https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10507949-8999

PBdoc

12.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

12.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

12.8. Conforme disposto no artigo 29 do Decreto Estadual Nº 43.759/2023, o prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contado a partir da publicação do extrato no Diário Oficial do Estado da Paraíba - DOEPB, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

12.9. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas e será definida nos termos do disposto no art. 53 do Decreto Estadual Nº 43.759/2023.

12.10. A ata de registros de preços será considerada encerrada com o término de sua vigência ou quando todos os quantitativos registrados e limites permitidos para adesão forem utilizados.

13. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

13.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

13.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

13.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

13.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

13.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

13.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

13.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

13.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

13.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos arts. 45 e 46 do Decreto Estadual n° 43.759/2023.

13.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

SADDIN202612706A

Assinado com senha por [SAD73770] [SENHA] JESSICA CECILIA DE ALBUQUERQUE ARAUJO e [SAD103015] [SENHA] WANESSA MARIA DE PAULA DA SILVA VIANA em 18/03/2026 - 09:58hs.
Documento Nº: 10507949-8999 - consulta à autenticidade em https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10507949-8999

PBdoc

13.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

13.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

14. DOS RECURSOS

14.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

14.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

14.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

14.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

14.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

14.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

14.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

14.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.centraldecompras.pb.gov.br e https://www.gov.br/compras/pt-br.

15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

15.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela(o) Pregoeira(o) durante o certame;

SADDIN202612706A

Assinado com senha por [SAD73770] [SENHA] JESSICA CECILIA DE ALBUQUERQUE ARAUJO e [SAD103015] [SENHA] WANESSA MARIA DE PAULA DA SILVA VIANA em 18/03/2026 - 09:58hs.
Documento Nº: 10507949-8999 - consulta à autenticidade em https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10507949-8999

PBdoc

15.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

15.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

15.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

15.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

15.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

15.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

15.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

15.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

15.1.6. fraudar a licitação

15.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

15.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

15.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

15.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

15.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

15.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

15.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

15.2.1. advertência;

15.2.2. multa;

15.2.3. Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública direta e indireta do Estado da Paraíba;

15.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

15.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

SADDIN202612706A

Assinado com senha por [SAD73770] [SENHA] JESSICA CECILIA DE ALBUQUERQUE ARAUJO e [SAD103015] [SENHA] WANESSA MARIA DE PAULA DA SILVA VIANA em 18/03/2026 - 09:58hs.
Documento Nº: 10507949-8999 - consulta à autenticidade em https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10507949-8999

PBdoc

15.3.2. as peculiaridades do caso concreto

15.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

15.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

15.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

15.4.1. Para as infrações previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

15.4.2. Para as infrações previstas nos itens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7, 15.1.8 e 15.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

15.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

15.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 15.1.1, 15.1.2, 15.1.3 e 15.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado da Paraíba, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

15.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7, 15.1.8 e 15.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2, 15.1.3 e 15.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

15.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 15.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, § 4º da Instrução Normativa SEAD n° 005, de 2023.

15.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

SADDIN202612706A

Assinado com senha por [SAD73770] [SENHA] JESSICA CECILIA DE ALBUQUERQUE ARAUJO e [SAD103015] [SENHA] WANESSA MARIA DE PAULA DA SILVA VIANA em 18/03/2026 - 09:58hs.
Documento Nº: 10507949-8999 - consulta à autenticidade em https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10507949-8999

PBdoc

15.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

15.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

15.15. A aplicação das sanções de que tratam os itens 15.7. e 15.8. importará na inclusão do licitante/contratado no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com o Estado da Paraíba - CAFIL/PB.

15.16. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

15.16.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

16. DAS IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

16.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar ou requerer esclarecimentos acerca deste Edital e seus anexos por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

16.2. A decisão de impugnação ou resposta ao pedido de esclarecimentos será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

16.3. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail gelic03@centraldecompras.pb.gov.br.

16.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

16.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela(o) Pregoeira(o), nos autos do processo de licitação.

16.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

17. DO CONTRATO

17.1. Após assinatura da Ata de Registro de Preços e dentro do respectivo prazo de validade, o fornecedor registrado poderá ser convocado para assinar o Termo de Contrato ou retirada do instrumento equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados de sua convocação, desde que obedecidas todas as exigências estabelecidas neste Edital e na Ata de Registro de Preços.

17.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

SADDIN202612706A

Assinado com senha por [SAD73770] [SENHA] JESSICA CECILIA DE ALBUQUERQUE ARAUJO e [SAD103015] [SENHA] WANESSA MARIA DE PAULA DA SILVA VIANA em 18/03/2026 - 09:58hs.
Documento Nº: 10507949-8999 - consulta à autenticidade em https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10507949-8999

PBdoc

17.3. Caso a Administração entenda pela substituição do contrato por nota de empenho, o adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da sua ciência, para confirmar a entrega do objeto, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

17.4. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

17.4.1. Será admitida a assinatura digital, por pessoa física ou jurídica, em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

17.5. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

17.5.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

17.5.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

17.5.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

17.5.4. Os prazos previstos nos subitens anteriores poderão ser prorrogados 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

17.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

17.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

17.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

17.8. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), bem como consulta ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFILPB, emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

17.9. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.

17.9.1. Caso se trate da contratação de serviços de vigilância ou transporte de valores com dedicação exclusiva de mão de obra, a empresa deverá comprovar, como condição para assinatura do contrato, que possui capital social mínimo integralizado de acordo com os valores estipulados no art. 14 da Lei n.º 14.967/2024.

SADDIN202612706A

Assinado com senha por [SAD73770] [SENHA] JESSICA CECILIA DE ALBUQUERQUE ARAUJO e [SAD103015] [SENHA] WANESSA MARIA DE PAULA DA SILVA VIANA em 18/03/2026 - 09:58hs.
Documento Nº: 10507949-8999 - consulta à autenticidade em https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10507949-8999

PBdoc

17.10. Se a Adjudicatária, no ato da assinatura do Contrato ou da retirada da Nota de Empenho, não comprovar que mantém as condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar o Contrato ou retirar a Nota de Empenho, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após feita a negociação, verificada a aceitabilidade da proposta e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

18. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

18.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização e gestão do contrato estão previstos no Termo de Referência, anexo deste Edital.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. A(o) Pregoeira(o) poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação, conforme previsão do art. 41, da IN SEAD Nº 005/2023, de 08 de novembro de 2023.

19.2. A(o) Pregoeira(o) poderá, na análise dos documentos de habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada no relatório de julgamento e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação, conforme previsão do art. 42, da IN SEAD Nº 005/2023, de 08 de novembro de 2023.

19.3. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que tratam os itens supra, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada no relatório de julgamento, conforme previsão do art. 43, da IN SEAD Nº 005/2023, de 08 de novembro de 2023.

19.4. Será divulgado relatório de julgamento da sessão pública no sistema eletrônico.

19.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela(o) Pregoeira(o).

19.6. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

19.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

19.8. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

19.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

SADDIN202612706A

Assinado com senha por [SAD73770] [SENHA] JESSICA CECILIA DE ALBUQUERQUE ARAUJO e [SAD103015] [SENHA] WANESSA MARIA DE PAULA DA SILVA VIANA em 18/03/2026 - 09:58hs.
Documento Nº: 10507949-8999 - consulta à autenticidade em https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10507949-8999

PBdoc

19.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

19.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico www.centraldecompras.pb.gov.br/.

19.14. O resultado desta licitação será divulgado nos sítios eletrônicos: www.centraldecompras.pb.gov.br e www.gov.br/compras.

19.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

19.15.1. ANEXO I - Termo de Referência

19.15.1.1. Anexo I do Termo de Referência – Tabela de itens a serem licitados e seus respectivos quantitativos

19.15.1.2. Anexo II do Termo de Referência – Declaração de Conhecimento das Especificações

19.15.1.3. Anexo III do Termo de Referência – Referência de Qualidade

19.15.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

19.15.3. ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços

19.15.4. ANEXO IV - Modelo da proposta de preços

19.15.5. ANEXO V - Modelo de declaração negativa de relação familiar ou de parentesco

19.15.6. ANEXO VI - Modelo de declaração de enquadramento como ME - EPP

19.15.7. Apêndice do TR – Estudo Técnico Preliminar

João Pessoa, data da assinatura digital.

Wanessa Maria de Paula da Silva Viana
Responsável pela Elaboração do Edital

Jéssica Cecília de Albuquerque Araújo
Responsável pela Revisão do Edital

SADDIN202612706A

Assinado com senha por [SAD73770] [SENHA] JESSICA CECILIA DE ALBUQUERQUE ARAUJO e [SAD103015] [SENHA] WANESSA MARIA DE PAULA DA SILVA VIANA em 18/03/2026 - 09:58hs.
Documento Nº: 10507949-8999 - consulta à autenticidade em https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10507949-8999

PBdoc

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO

COMPRAS – RP

PROCESSO Nº: 19.000.000114.2025

ÓRGÃO REQUISITANTE: Casa Civil do Governador - CCG

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de **GÊNERO ALIMENTÍCIO (MERCEARIA 4),** nos termos da tabela constante no anexo I deste termo de referência, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. As estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s) e não participante(s) estão definidas em anexo ao presente termo.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, visto que se enquadram no conceito definido no art. 6º, inc. XIII, da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 44.383, de 14 de novembro de 2023.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, contados da publicação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

1.6. O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que compete à Casa Civil do Governador a administração geral da Sede do Poder Executivo Estadual, Residência Oficial do Governador, Sede Administrativa e Financeira da Casa Civil do Governador, Ouvidoria Geral do Estado, Escritório de Representação do Governo do Estado e a assistência direta e imediata ao Chefe do poder Executivo. Para tanto, o fornecimento de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (MERCEARIA 4)**, torna-se essencial para suporte alimentar e nutricional firmada mediante a competência da Casa Civil do Governador vinculado a assistência direta ao Chefe do Poder Executivo, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando a justificativa constante aos autos do processo licitatório, sendo a vigência plurianual mais vantajosa.

1.7. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada no Documento de Formalização da Demanda constante nos autos do processo licitatório.

2.2. O objeto da contratação está previsto parcialmente no Plano de Contratações Anual de 2025 conforme consta das informações básicas desse termo de referência, estando à justificativa descrita no Documento de Formalização da Demanda presente nos autos.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

CCGDIN202600017

Assinado com senha por [CCG11015] [SENHA] FLAVIANO CÔRTES DE SOUSA e [CCG10954] [SENHA] IRIS RODRIGUES DANTAS CAVALCANTI em 08/01/2026 - 11:13hs.
Documento Nº: 9873590-2707 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9873590-2707

PBdoc

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação das seguintes marcas, de acordo com as justificativas contidas nos autos do processo licitatório:

4.2.1. Sendo os seguintes itens com as seguintes marcas:

ITEM	CÓDIGO	MARCAS REFERÊNCIA DE QUALIDADE
1.	136321	VITARELA (TRELOSO), equivalente ou de melhor qualidade.
2.	132334	HELLMANNS, equivalente ou de melhor qualidade.
3.	46422	HELLMANS OU HEINZ, equivalente ou de melhor qualidade.
4.	67416	HEINZ, equivalente ou de melhor qualidade.
5.	1210	AURORA, equivalente ou de melhor qualidade.
6.	1379	LINEA, equivalente ou de melhor qualidade.
7.	132330	GALO, equivalente ou de melhor qualidade.

Subcontratação

4.3. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas seguintes razões:

4.4.1. Trata-se de item comum com adoção de rotina de entrega que oferta reduzido risco no fornecimento. Sendo item de baixa complexidade técnica e reduzido risco envolvido.

Exigências quanto ao produto ofertado

4.5. Apresentar, para todos os itens, junto à proposta de preço:

4.5.1. Registro ou cadastro do produto no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) ou conformidade com a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC Nº 727 DE 1° DE JULHO DE 2022 (rotulagem nutricional), conforme o caso;

4.6. As especificações técnicas e nutricionais detalhadas nos subitens 4.6.1 a 4.6.5 e Anexo III refletem o padrão mínimo de qualidade e desempenho exigido pela Administração. O detalhamento desses critérios (incluindo composições específicas de calorias, proteínas, fibras, açúcares) visa o aperfeiçoamento qualitativo dos produtos e fundamenta a necessidade de afastar produtos de baixo valor nutricional. A descrição do objeto baseada nessas composições nutricionais detalhadas serve como parâmetro de referência de qualidade para o fornecimento. Desta forma, serão aceitas propostas de produtos de marcas e modelos diversos, desde que sejam equivalentes ou de melhor qualidade.

CCGDIN202600017

Assinado com senha por [CCG11015] [SENHA] FLAVIANO CÔRTES DE SOUSA e [CCG10954] [SENHA] IRIS RODRIGUES DANTAS CAVALCANTI em 08/01/2026 - 11:13hs.
Documento Nº: 9873590-2707 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9873590-2707

PBdoc

4.6.1. **Condição de Aceitabilidade Máxima**: A avaliação qualitativa máxima observará os critérios objetivos nutricionais de **caloria (Kcal), Carboidratos, Açúcar, Gordura e Gordura Saturada**, conforme indicados no item 4.5 e Anexo III. O licitante deverá demonstrar que o produto ofertado possui no máximo os critérios objetivos e nutricionais especificados para o respectivo item. Portanto, caso algum produto possua base nutricional igual à indicada como valor de referência será compreendido como "equivalentes". Produtos com redução dos parâmetros (Valor de Referência) serão aceitos como de "melhor qualidade".

4.6.2. **Condição de Aceitabilidade Mínima:** A avaliação mínima observará os critérios objetivos nutricionais de **proteína e fibra alimentar**. Assim, o licitante deverá demonstrar que o produto ofertado possui no mínimo os critérios objetivos e nutricionais especificados para o respectivo item, conforme indicados no item 4.5 e Anexo III. Dessa forma, caso algum produto possua base nutricional igual à indicada pelo valor de referência será compreendido como "equivalente". Produtos com elevação dos parâmetros (valor de referência) serão aceitos como de "melhor qualidade".

4.6.3. **Condição de Impossibilidade:** Caso o produto ofertado não observe os parâmetros de aceitabilidade máxima e mínima **(mutuamente)**, será considerado impossibilitado de participação devido à ausência de compatibilidade qualitativa nutricional.

4.6.4. **Demonstração de Aceitabilidade:** A aceitabilidade indicada no item 4.6.1 e 4.6.2. deverá ser evidenciada, na fase de julgamento da proposta, através de demonstração de desempenho, qualidade e produtividade compatíveis com os valores de referência e demonstre mutuamente o atendimento dos critérios nutricionais máximos e mínimo, conforme indicado no 4.5 e Anexo III deste Termo de Referência.

4.6.5. **Dispensa da Demonstração de Aceitabilidade**: A comprovação de aceitabilidade será dispensada caso o produto ofertado possua a mesma marca ou fabricante referenciada no **Anexo III** deste Termo de Referência.

4.7. Os itens abaixo indicados observarão como **parâmetro objetivo de aceitabilidade**, para avaliação descrita no item 4.5, as composições nutricionais indicadas abaixo bem como apresentadas no Anexo III serão entendidas como valor de referência, conforme o caso.

4.7.1. O item de código 136321 deve possuir para cada 30 gramas, proteínas, fibra alimentar, vitamina B1, B2, B3, B6, Cálcio, Ferro e Zinco.

4.7.2. O item de código 132334 deve possuir para cada 100 gramas o máximo de 16 gramas de gorduras totais, 2,4 gramas de gordura saturada.

4.7.3. O item de código 46422 deve possuir para cada 100 gramas o máximo de 305 kcal e açúcar total máximo de 2,5 g.

4.7.4. O item de código 67416 deve possuir para cada 100 gramas o máximo de 21 gramas de açúcar total e mínimo de 0,5 g de proteína.

CCGDIN202600017

Assinado com senha por [CCG11015] [SENHA] FLAVIANO CÔRTES DE SOUSA e [CCG10954] [SENHA] IRIS RODRIGUES DANTAS CAVALCANTI em 08/01/2026 - 11:13hs.
Documento Nº: 9873590-2707 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9873590-2707

PBdoc

4.7.5. O item de código 1210 deve possuir para cada 200 ml, 0 mg de sódio, conservador INS 202 e antioxidante INS 220.

4.7.6. O item de código 1379 deve possuir hortelã desidratado entre seus ingredientes.

4.7.7. O item de código 132330 deve ter acidez máxima de 0,5% e possuir a cada 100 ml o máximo de 15 (g) de gordura saturada.

4.8. Caso algum item tenha isenção dos registros, o licitante deverá anexá-la ou apresentar justificativa.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de **02 (dois) dias**, contados da ordem de compra.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 01 (um) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: **Almoxarifado da Residência Oficial do Governador**, situado à Rua Padre Ayres, Miramar, João Pessoa - PB - CEP: 58.043-260, no **horário das 09h às 12h**, de **segunda à quinta**.

5.4. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior à metade do prazo total recomendado pelo fabricante/produtor.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

CCGDIN202600017

Assinado com senha por [CCG11015] [SENHA] FLAVIANO CÔRTES DE SOUSA e [CCG10954] [SENHA] IRIS RODRIGUES DANTAS CAVALCANTI em 08/01/2026 - 11:13hs.
Documento Nº: 9873590-2707 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9873590-2707

PBdoc

6.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, VI);

6.8 O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, II);

6.9 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, III);

6.10 O fiscal do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, IV).

6.11 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, V).

6.12 O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, VII).

6.13 O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 25, I e II).

6.14 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 25, IV).

Gestor do Contrato

6.15 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, IV).

6.16 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, II).

CCGDIN202600017

Assinado com senha por [CCG11015] [SENHA] FLAVIANO CÔRTES DE SOUSA e [CCG10954] [SENHA] IRIS RODRIGUES DANTAS CAVALCANTI em 08/01/2026 - 11:13hs.
Documento Nº: 9873590-2707 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9873590-2707

PBdoc

6.17 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, III).

6.18 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais do contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, VIII).

6.19 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, X).

6.20 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, VI).

6.21 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **01 (um) dia**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **03(três) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela

CCGDIN202600017

Assinado com senha por [CCG11015] [SENHA] FLAVIANO CÔRTES DE SOUSA e [CCG10954] [SENHA] IRIS RODRIGUES DANTAS CAVALCANTI em 08/01/2026 - 11:13hs.
Documento Nº: 9873590-2707 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9873590-2707

PBdoc

Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.8 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 6º, §3º da Instrução Normativa Conjunta nº 001/2024/SEFAZ/SEAD/CGE, de 25 de janeiro de 2024.

7.8.1 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.9 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) o prazo de validade;

b) a data da emissão;

c) os dados do contrato e do órgão contratante;

d) o período respectivo de execução do contrato;

e) o valor a pagar; e

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

f.1) Se o destaque de retenção de imposto de renda se enquadra nas hipóteses da IN RFB nº 1.234/2012.

7.9.1 Se o fornecedor/contratado for empresa do Estado da Paraíba, não Optante pelo Simples, os responsáveis pelo recebimento e pagamento verificarão se o documento fiscal foi emitido nos termos do Art. 6º do Decreto nº 37.237, de 2017 (Isenção do ICMS), com a demonstração expressa do valor correspondente à isenção do ICMS deduzido do preço ofertado constante da proposta vencedora da licitação, rejeitando-o quando não atender ao referido normativo.

7.9.1.1 O valor da nota fiscal deverá ser idêntico ao valor do preço líquido demonstrado na planilha anexada à proposta final apresentada na licitação.

7.9.2 Observar as disposições da INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA SEAD/CGE Nº 01/2016 (SIGBP PB).

CCGDIN202600017

Assinado com senha por [CCG11015] [SENHA] FLAVIANO CÔRTES DE SOUSA e [CCG10954] [SENHA] IRIS RODRIGUES DANTAS CAVALCANTI em 08/01/2026 - 11:13hs.
Documento Nº: 9873590-2707 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9873590-2707

PBdoc

7.9.3 No caso de bens adquiridos com entregas parceladas, a liquidação e pagamento deverão observar as disposições da PORTARIA CONJUNTA Nº 001/2022-CGE-SEAD-SEFAZ, de 04 de agosto de 2022.

7.10 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.11 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou SIREF/PB ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF ou SIREF/PB e ao Cadastro de Fornecedores Impedido de licitar e Contratar – CAFIL/PB para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.13 Constatando-se, junto ao SICAF ou SIREF e ao CAFIL/PB, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.14 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.16 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF ou SIREF e ao CAFIL/PB.

Prazo de pagamento

7.17 O pagamento será efetuado no prazo de até **10 (dez) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa Conjunta nº 001/2024/SEFAZ/SEAD/CGE, de 25 de janeiro de 2024.

7.18 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.

Forma de pagamento

7.19 O pagamento será efetuado por meio de Autorização de Pagamento, mediante depósito em conta corrente, conforme dados bancários indicados pela Contratada, ou por outro meio

CCGDIN202600017

Assinado com senha por [CCG11015] [SENHA] FLAVIANO CÔRTES DE SOUSA e [CCG10954] [SENHA] IRIS RODRIGUES DANTAS CAVALCANTI em 08/01/2026 - 11:13hs.
Documento Nº: 9873590-2707 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9873590-2707

PBdoc

previsto na legislação vigente, consideradas as disposições do Decreto Estadual nº 43.250, de 2022.

7.20 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a Autorização de Pagamento.

7.21 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.21.1 Observar se a retenção do IR se enquadra nas hipóteses previstas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

7.21.2 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.23 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.24 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice **IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.25 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.26 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.27 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.28 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.29 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.30 O reajuste será realizado por apostilamento.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

CCGDIN202600017

Assinado com senha por [CCG11015] [SENHA] FLAVIANO CÔRTES DE SOUSA e [CCG10954] [SENHA] IRIS RODRIGUES DANTAS CAVALCANTI em 08/01/2026 - 11:13hs.
Documento Nº: 9873590-2707 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9873590-2707

PBdoc

Forma de fornecimento

8.2 O fornecimento do objeto será **PARCELADO**.

Exigências de habilitação técnica

8.3 Para fins de habilitação técnica, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.3.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.3.2 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados no fornecimento de Gênero Alimentício de qualquer natureza, visto que se trata de objeto de "prateleira", não carecendo de detalhamento técnico e de baixa complexidade. Sendo suficiente a apresentação de atestado de capacidade técnica que demonstre fornecimento de Gênero de Alimentação de qualquer natureza sem exigência de porcentagem mínima

8.3.3 A exigência de atestados será restrita as parcelas de valor significativo, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

8.3.4 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.3.5 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.4 Caso admitida a **PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS**, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.4.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.4.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.4.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

8.4.4 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.4.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

CCGDIN202600017

Assinado com senha por [CCG11015] [SENHA] FLAVIANO CÔRTES DE SOUSA e [CCG10954] [SENHA] IRIS RODRIGUES DANTAS CAVALCANTI em 08/01/2026 - 11:13hs.
Documento Nº: 9873590-2707 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9873590-2707

PBdoc

8.4.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.4.7 A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O custo estimado total da contratação está definido no anexo I deste Termo de Referência.

9.2 Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 42 do Decreto nº 43.759/2023):

9.2.1 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na a*línea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;*

9.2.2 decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.2.3 serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.2.4 poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. ANEXO (S)

10.1. Anexo I – Tabela com itens a serem licitados e valor estimado da contratação.

10.2. Anexo II – Declaração de Conhecimento das Especificações

10.3. Anexo III – Referência de Qualidade

CCGDIN202600017

Assinado com senha por [CCG11015] [SENHA] FLAVIANO CÔRTES DE SOUSA e [CCG10954] [SENHA] IRIS RODRIGUES DANTAS CAVALCANTI em 08/01/2026 - 11:13hs.
Documento Nº: 9873590-2707 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9873590-2707

PBdoc

GOVERNO DA PARAÍBA

João Pessoa, data da assinatura eletrônica.

Elaborado por:

Flaviano Côrtes de Sousa
Técnico Administrativo
Matrícula 177.170-1

Aprovado por:

Iris Rodrigues Dantas Cavalcanti
Secretária Executiva Chefe da Casa Civil

Histórico de versões:

Criado em: 22/09/2025

Modificado em: 08/01/2025

CCGDIN202600017

Assinado com senha por [CCG11015] [SENHA] FLAVIANO CÔRTES DE SOUSA e [CCG10954] [SENHA] IRIS RODRIGUES DANTAS CAVALCANTI em 08/01/2026 - 11:13hs.
Documento Nº: 9873590-2707 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9873590-2707

PBdoc

GOVERNO DA PARAÍBA

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA

Número processo:19.000.000114.2025

1- TABELA DE ITENS A SEREM LICITADOS E SEUS RESPECTIVOS QUANTITATIVOS

Item	Código	Descrição	Unidade	Lote	Qtde	R$ Un.	LC 123/2006
1	51378	ATUM em lata, conserva em molho de tomate, com aproximadamente 170 g. Acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	Lote 001	408	9,163	Ampla Concorrência
2	115524	AZEITE de oliva com trufas brancas, com aproximadamente 250 ml. Acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	Lote 001	200	119,090	Ampla Concorrência
3	132330	AZEITE de Oliva Extra Virgem, sem colesterol, com 500 ml. Acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	Lote 001	456	35,963	Ampla Concorrência
4	136321	BISCOITO recheado, sabores diversos, com aproximadamente 130 g.	Pct	Lote 001	720	2,515	Ampla Concorrência
5	90274	DOCE de Banana sem açúcar em barra de aproximadamente 30 gramas. Caixa com aproximadamente 24 unidades em embaladas individualmente.	Pct	Lote 001	36	54,118	Ampla Concorrência
6	123165	FARINHA DE ARROZ, primeira qualidade, com 500 g. Embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	SACHE	Lote 001	120	6,323	Ampla Concorrência
7	1366	FARINHA de rosca, com 500 g. Acondicionada em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	Lote 001	301	6,100	Ampla Concorrência
8	103842	FARINHA DE TEMPURÁ, com aproximadamente 500 g. Acondicionado em embalagem	Un	Lote 001	120	13,057	Ampla Concorrência

GOVERNO DA PARAÍBA

		original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.					
9	1358	FARINHA Panko. Acondicionada em embalagem de polipropileno transparente, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Kg	Lote 001	211	22,013	Ampla Concorrência
10	1185	FERMENTO biológico, primeira qualidade, em tablete, com aproximadamente 500g. Acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	Lote 001	108	10,977	Ampla Concorrência
11	92755	FIGO em calda, com aproximadamente 400g. Acondicionada em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	Lote 001	120	15,933	Ampla Concorrência
12	115526	GELEIA de pimenta, com aproximadamente 230 g. Acondicionada em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	Lote 001	120	18,993	Ampla Concorrência
13	1379	GELÉIA de abacaxi, com aproximadamente 230 g. Acondicionada em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	Lote 001	120	20,697	Ampla Concorrência
14	1410	GELÉIA de amora, com aproximadamente 230 g. Acondicionada em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	Lote 001	120	19,317	Ampla Concorrência
15	132331	GELÉIA de frutas vermelhas, com aproximadamente 230 g. Acondicionada em embalagem original do fabricante, com dados	Un	Lote 001	120	17,127	Ampla Concorrência

GOVERNO DA PARAÍBA

		de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.					
16	117317	MACARRÃO tipo espaguete sem Glúten, com aproximadamente 500g. Acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Pct	Lote 001	120	6,740	Ampla Concorrência
17	132334	MAIONESE light, com aproximadamente 500g. Acondicionada em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	Lote 001	273	13,990	Ampla Concorrência
18	46422	MAIONESE tradicional, com 500 g. Acondicionada em embalagem original do fabricante.	Un	Lote 001	593	14,150	Ampla Concorrência
19	110286	MANTEIGA tipo ghee de primeira qualidade, com 500g. Acondicionada em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	Lote 001	278	64,967	Ampla Concorrência
20	99705	MASSA folhada, sem gordura hidrogenada, com aproximadamente 300g. Acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	Lote 001	501	11,560	Ampla Concorrência
21	99704	MASSA italiana Conchiglie primeira qualidade, com 500 g. Acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	Lote 001	290	17,695	Ampla Concorrência
22	99703	MASSA italiana Farfalle primeira qualidade, com 500 g. Acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	Lote 001	337	10,597	Ampla Concorrência

GOVERNO DA PARAÍBA

23	99702	MASSA italiana Fettuccine, primeira qualidade, com 500 g. Acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	Lote 001	237	6,945	Ampla Concorrência
24	66625	MASSA para nhoque, com 1 kg. Acondicionada em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	Lote 001	120	21,750	Ampla Concorrência
25	128724	MASSA para Pastel. Embalagem de 1kg com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	Lote 001	60	11,823	Ampla Concorrência
26	115516	Mini cebola em conserva, peso líquido aproximado 200g. Acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	Lote 001	120	15,553	Ampla Concorrência
27	115515	MINI milho em conserva, peso líquido aproximado 200g. Acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	Lote 001	120	21,208	Ampla Concorrência
28	67416	MOLHO barbecue, com aproximadamente 400 g. Acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade..	Un	Lote 001	120	26,127	Ampla Concorrência
29	46443	MOLHO de tomate, primeira qualidade, com aproximadamente 340 g. Acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	Lote 001	864	1,467	Ampla Concorrência
30	47231	ÓLEO de canola, com aproximadamente 900 ml. Acondicionado em embalagem	Un	Lote 001	1104	17,980	Ampla Concorrência

GOVERNO DA PARAÍBA

		original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.					
31	95390	ÓLEO de Girassol, leticina de soja, triglicerídeo do acido cáprico, VITAMINA A E VITAMINA E, embalagem de 500 ml.	Un	Lote 001	714	10,388	Ampla Concorrência
32	47232	ÓLEO de soja refinado, com aproximadamente 900 ml. Acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	Lote 001	756	6,646	Ampla Concorrência
33	2220	PALMITO em conserva, com 300 g. Acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	Lote 001	76	16,493	Ampla Concorrência
34	132340	PATÊ DE ATUM, com aproximadamente 150 g. Acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	Lote 001	120	10,218	Ampla Concorrência
35	99733	PEPINO em conserva, com 300 g. Acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	Lote 001	120	12,427	Ampla Concorrência
36	50793	PÊSSEGO em calda, em conserva, primeira qualidade, com 450 g. Acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	Lote 001	120	14,978	Ampla Concorrência
37	99701	PIMENTA biquinho vermelha em conserva, com aproximadamente 250g. Acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de	Un	Lote 001	106	14,608	Ampla Concorrência

GOVERNO DA PARAÍBA

		fabricação e prazo de validade.					
38	46447	QUEIJO ralado tipo parmesão, tradicional, com 100 g. Acondicionado em plástico a vácuo, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade.	Un	Lote 001	240	13,757	Ampla Concorrência
39	1210	SUCO de fruta concentrado, sabor uva, com 1 litro. Acondicionado em embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante, lote, data de fabricação e prazo de validade.	Un	Lote 001	180	16,677	Ampla Concorrência
40	99697	TOMATE SECO em conserva, com aproximadamente 170g. Acondicionada em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	Lote 001	145	14,657	Ampla Concorrência

2- O CUSTO ESTIMADO TOTAL DA CONTRATAÇÃO É DE R$176.145,026

ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO

DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DO EDITAL E SEUS ANEXOS

PROCESSO Nº *Número do Processo Licitatório*

OBJETO: GÊNERO ALIMENTÍCIO (MERCEARIA 4).

A empresa (razão social), inscrita no CNPJ n.º ....., com sede na ....., por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para os fins de cumprimento do exigido no **Pregão Eletrônico n° XXXX/2026**, **DECLARA** que tem pleno conhecimento das exigências contidas no Termo de Referência do processo licitatório e seus anexos, especialmente no que se refere a:

1. **Item 5.1. – Prazo de Entrega**
    - **a.** Prazo de entrega de 02 (dois) dias contados do recebimento da ordem de compra, em remessa parcelada.
2. **Item 5.3 – Local e Horário de Entrega**
    - **a.** Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Almoxarifado da Residência Oficial do Governador, situado à Rua Padre Ayres, Miramar, João Pessoa - PB - CEP: 58.043-260, no horário das 09h às 12h, de segunda à quinta.
3. **Item 4.7. – Parâmetro Objetivo de Aceitabilidade**

    Os itens abaixo indicados observam as seguintes especificações:
    - **a.** O item de código 136321 possui para cada 30 gramas, proteínas, fibra alimentar, vitamina B1, B2, B3, B6, Cálcio, Ferro e Zinco.
    - **b.** O item de código 132334 possui para cada 100 gramas o máximo de 16 gramas de gorduras totais, 2,4 gramas de gordura saturada.
    - **c.** O item de código 46422 possui para cada 100 gramas o máximo de 305 kcal e açúcar total máximo de 2,5 g.
    - **d.** O item de código 67416 possui para cada 100 gramas o máximo de 21 gramas de açúcar total e mínimo de 0,5 g de proteína.
    - **e.** O item de código 1210 possui para cada 200 ml, 0 mg de sódio, conservador

INS 202 e antioxidante INS 220.

f. O item de código 1379 possui hortelã desidratado entre seus ingredientes.

g. O item de código 132330 possui acidez máxima de 0,5% e possuir a cada 100 ml o máximo de 15 (g) de gordura saturada.

Dessa forma, possui pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes às condições e prazos de fornecimento, tendo observado todas as informações necessárias para correta elaboração da respectiva proposta comercial, declarando por fim, que aceita a se submeter a todas as condições estabelecidas no referido Edital e seus Anexos.

Obs.1: Esta Declaração deve ser emitida em papel timbrado da empresa.

João Pessoa/Paraíba, ... de..... de 2026.

Visto do representante legal ou procurador da empresa:.....
Carteira de Identidade: ..... Órgão Expedidor: .....

ANEXO III – REFERÊNCIA DE QUALIDADE

1. Marca de Referência

A indicação de marca como referência é medida que visa estabelecer padrão de desempenho e qualidade dos produtos a serem fornecidos. Orientado pelo art. 41, I, d, da Lei 14.133/2021, abaixo estão descritas as marcas como referenciais de qualidade, sendo aceitas outras que sejam equivalentes ou de melhor qualidade conforme critério determinado no item 4.5. deste Termo de Referência.

ITEM	CÓDIGO	MARCAS REFERÊNCIA DE QUALIDADE
1.	136321	VITARELA (TRELOSO), equivalente ou de melhor qualidade.
2.	132334	HELLMANNS, equivalente ou de melhor qualidade.
3.	46422	HELLMANS OU HEINZ, equivalente ou de melhor qualidade.
4.	67416	HEINZ, equivalente ou de melhor qualidade.
5.	1210	AURORA, equivalente ou de melhor qualidade.
6.	1379	LINEA, equivalente ou de melhor qualidade.
7.	132330	GALO, equivalente ou de melhor qualidade.

2. Parâmetros Utilizados como Valor de Referência

O item 4.6. do Termo de Referência informa as condições de aceitabilidade, estás devem ser avaliadas conforme parâmetos indicados a seguir. A tabela abaixo apresenta a informação nutricional referencial de acordo com a codificação dos itens conforme Anexo I deste documento.

Dessa forma, para realizar a avaliação de aceitabilidade o fornecedor interessado deve observar os parámetros nutricionais indicados na tabela abaixo como referência para sua avaliação de “equivalência”, de “melhor qualidade”, presença ou ausência para determinados itens indicados no item 4.6 do Termo de Referência.

REFERÊNCIA													
Item	Código	Proteína (g)	Fibra Alimentar (g)	Vitaminas (mg)	Gordura Total (g)	Gordura Saturada (g)	Calorias (kcal)	Açúcar Total (g)	Sódio (mg)	Conservador INS 202	Antioxidante INS 220	Acidez Máxima (%)	Sabor Indicado (Item 4.5.6.)
1	136321	P	P	P	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
2	132334	NA	NA	NA	16	2,4	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
3	46422	NA	NA	NA	NA	NA	305	2,5	NA	NA	NA	NA	NA
4	67416	0,5	NA	NA	NA	NA	NA	21	NA	NA	NA	NA	NA
5	1210	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	0	P	P	NA	NA
6	1379	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	P
7	132330	NA	NA	NA	NA	15	NA	NA	NA	NA	NA	0,5	NA

***NA - Não Avaliado**
***P - Presente**

3. Gráfico para Demonstração de Aceitabilidade

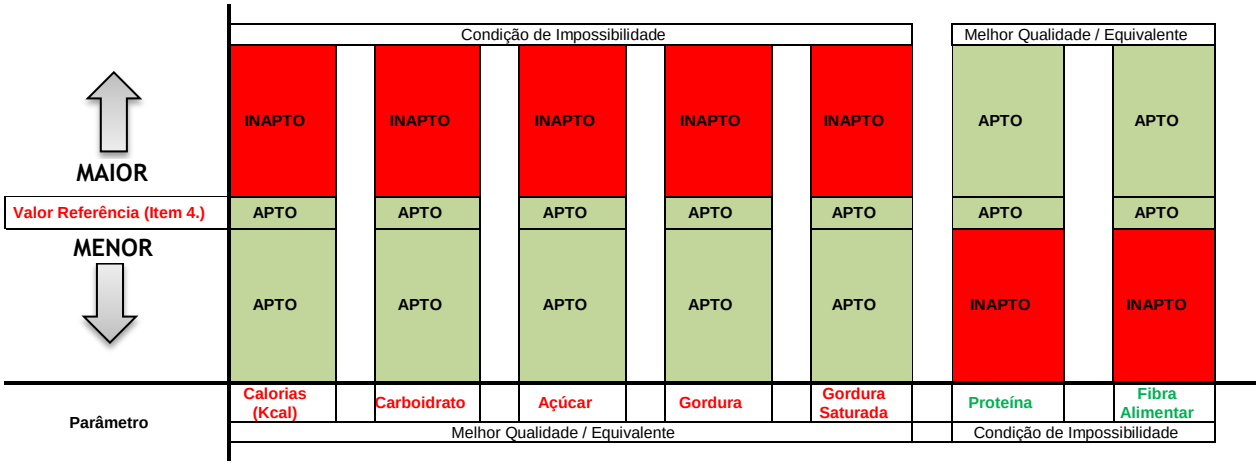
A demonstração de aceitabilidade com base nos valores de referência demonstrados no item 2 deste anexo III, observará a condição de aceitabilidade, podendo, o item, encontra-se como “apto” ou “inapto” a depender de sua base nutricional, presença ou ausência de nutrientes.

Parâmetros como calorias (kcal), Carboidrato, Açúcar, Gordura e Gordura Saturada apresentam valores máximos (teto) informados na tabela, não sendo entendido como “aptos” índices superiores a estes.

Já Proteína e Fibra Alimentar foram informados como valores mínimos (piso) informados na tabela, não sendo entendidos como “aptos” índices inferiores a estes.

Ainda, há parâmetros de referência que são avaliados unicamente pela presença ou ausência da característica indicada na tabela acima para os itens de código 136321 (Item 4.7.1. do TR), 1210 (Item 4.7.5. do TR) e 132330 (Item 4.7.7. do TR). Tais itens serão considerados aptos caso haja presença da composição indicada neste documento, sendo considerado inapto caso haja ausência da composição igualmente indicada.

Na intenção de demonstrar graficamente a forma de avaliação dos parêmetos nutricionais indicados no item 4.6 e 4.7 do Termo de Referência segue ilustração da metodologia avaliativa, sendo:



ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO

CASA CIVIL DO GOVERNADOR - CCG

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 19.000.000114.2025

PREGÃO ELETRÔNICO - RP

Contrato de Compras

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº <NumeroAnoContrato> QUE FAZEM ENTRE SI O ESTADO DA PARAÍBA, POR INTERMÉDIO DA CASA CIVIL DO GOVERNADOR - CCG E A EMPRESA <NomeEmpresa>.

O Estado da Paraíba, por intermédio da CASA CIVIL DO GOVERNADOR - CCG, com sede no (a) <EnderecoCompletoOrgao>, inscrito no CNPJ sob o nº <CNPJOrgao>, neste ato representado pelo <NomeRepresentanteOrgaoECargo>, nomeado pela(o) <Portaria_AtoGovernamental> de <DataPortaria_Ato>, publicado em <DataPublicacaoPortaria_Ato>, portador da Matrícula Funcional nº <MatriculaFuncionalRepresentanteOrgao>,doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa <NomeEmpresa>, inscrita no CNPJ nº <CNPJEmpresa>, com sede na <EnderecoCompletoEmpresa>, denominada CONTRATADA, neste ato representada por <NomeRepresentanteEmpresaEFuncao>, conforme <Atos Constitutivos da Empresa OU Procuracao apresentada nos autos>, tendo em vista o que consta no Processo nº 19.000.000114.2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n° 002/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a AQUISIÇÃO DE GÊNERO ALIMENTÍCIO (MERCEARIA 4), nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de divulgação no PNCP, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

2.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação é de R$ <ValorMensalContratado> (<ValorMensalContratadoExtenso>), perfazendo o valor total de R$ <ValorTotalContratado> (<ValorTotalContratadoExtenso>).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em {DataOrcamentoEstimado}.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

8.12. Quando houver prestação de garantia, notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

9.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, nos casos em que couber;

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 01 (um) dia que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF e/ou no SIREF PB, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a. der causa à inexecução parcial do contrato;

b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c. der causa à inexecução total do contrato;

d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. Multa:

(1) moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;

[(2) moratória de {MultaMinimaMoratoriaGarantia} % ({MultaMinimaMoratoriaGarantiaExtenso} por cento por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de <MultaMaximaMoratoriaGarantia> % ({MultaMaximaMoratoriaGarantia}) por cento, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.]

[a. O atraso superior a <PrazoMaximoDias> (<PrazoMaximoDiasExtenso>) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.]

(3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de <MultaCompensatoriaMínima> % (<MultaCompensatoriaMínimaExtenso>) a <MultaCompensatoriaMaxima> % (<MultaCompensátoriaMaximaExtenso>) por cento do valor do Contrato.

(4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 11.1, de <MultaCompensatoriaMíniima> % (<MultaCompensatoriaExtenso>) a <MultaCompensatoriaMaxima> % (<MultaCompensátoriaMaximaExtenso>) por cento do valor do Contrato.

(5) Para infração descrita na alínea "b" do subitem 11.1, a multa será de <Multa Minima> % (<MultaMinimaExtenso>) a <Multa Maxima> % (<MultaMaximaExtenso>) por cento do valor do Contrato.

(6) Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 11.1, a multa será <MultaMinima> % (<MultaMinimaExtenso>) a <MultaMaxima> % (<Multa MaximaExtenso>) por cento do valor do Contrato.

(7) Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 11.1, a multa será de <MultaMínima> % (<MultaMinimaExtenso>) a <MultaMaxima> % (<MultaMaximaExtenso>) por cento do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.2.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1.Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado da Paraíba deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade:
II. Fonte de Recursos:
III. Programa de Trabalho:
IV. Elemento de Despesa:
V. Nota de Empenho:

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais e estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da procuradoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 6º, §3º, inciso V, do Decreto nº 33.050, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da comarca de João Pessoa - PB para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

<Município>, <DataCorrente>.

_____
<NomeRepresentanteLegalOrgaoECargo>
{Orgao}

_____
<NomeRepresentanteLegalEmpresa>
<NomeEmpresa>

TESTEMUNHAS:

1-

2-

GOVERNO DA PARAÍBA

PROCESSO	N° x
MODALIDADE: licitação/ dispensa/ inexigibilidade	N° x
CADASTRO CGE	N° x

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº X

ORGÃO GERENCIADOR: X
ORGÃO (S) PARTICIPANTES (S): X

A (O) <Orgao>, gerenciador da ata de registro de preços, com sede no (a) <EnderecoCompletoOrgao>, inscrito no CNPJ sob o nº <CNPJOrgao>, neste ato representado pelo <NomeRepresentanteOrgaoECargo>, nomeado pela(o) <Portaria_AtoGovernamental> de <DataPortaria_Ato>, publicado em <DataPublicacaoPortaria_Ato>, portador da Matrícula Funcional nº <MatriculaFuncionalRepresentanteOrgao>, considerando o julgamento da licitação na modalidade de X, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ...../202..., processo administrativo n.º ....., RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Estadual nº 43.759, de 01 de junho de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual ..... , especificado(s) no(s) item(ns) ..... do ..... Termo de Referência, anexo ..... [do edital de Licitação nº ...../20...] ou [do Aviso da Contratação Direta nº], que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

DETENTORA DA ATA	
Razão Social: X	**CNPJ: X**
Endereço: X / CEP: X	
Email: X / Telefone: X	
Representante Legal: X (Cargo ou Função) - CPF n° X	

ITEM	CÓD/ LOTE	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	MARCA
DETENTORA DA ATA:		X		TOTAL:		X	

OBSERVAÇÃO: Trata-se de quadro meramente ilustrativo. Adaptar à realidade de cada objeto ou serviço.

2.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente Registro de Preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a X.

3.2. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

3.2.1 X.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, desde que já utilizada por algum dos participantes, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não participaram do procedimento de registro de preços, mediante prévia e expressa anuência do órgão gerenciador, que exigirá:

4.1.1. solicitação formal de adesão ao órgão ou entidade gerenciadora com a indicação dos produtos ou serviços e quantitativos demandados;

4.1.2. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.3. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.4. comprovação da prévia consulta e aceitação do licitante registrado em fornecer os produtos ou prestar os serviços registrados, sem prejuízo ao cumprimento das obrigações pactuadas com os órgãos e entidades participantes;

4.2. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.3. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

4.4. As adesões a atas de registro de preços observarão as seguintes regras:

4.4.1. São independentes e não poderão comprometer os quantitativos registrados dos órgãos participantes;

4.4.2. Não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para os órgãos ou entidades participantes.

4.4.3. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o art. 48 do Decreto Estadual nº 43.759, de 2023 não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e órgãos ou entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.5. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO DE RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da publicação do extrato no Diário Oficial do Estado da Paraíba - DOEPB, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.1.3. A ata de registros de preços será considerada encerrada com o término de sua vigência ou quando todos os quantitativos registrados e limites permitidos para adesão forem utilizados.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. O registro a que se refere o inciso II do art. 26 do Decreto Estadual n.º 43.759, de 2023 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata.

5.5. Se houver mais de um licitante na situação de que trata o inciso II do art. 26 do Decreto Estadual n.º 43.759, de 2023, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

5.6. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.6.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

5.6.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.7. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no sítio eletrônico da Central de Compras do Estado da Paraíba e no PNCP e ficará disponível durante a vigência da ata de registro de preços.

5.8. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição ou contratação pretendida, desde que devidamente assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

6. ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Resultante de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Havendo a liberação do fornecedor, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

7.1.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Caso haja a redução do preço registrado, o gerenciador deverá comunicar aos órgãos e às entidades participantes para que avaliem a conveniência e a oportunidade de efetuar a alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. No caso do preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações contidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Para fins do disposto no item 7.2, deverá o fornecedor encaminhar juntamente com o pedido de alteração, documentação comprobatória e planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável frente às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Caso não demonstrada a existência de fato superveniente que torne insubsistente o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora, ficando o fornecedor obrigado a cumprir as obrigações contidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021 e em outras legislações aplicáveis.

7.2.3. Havendo cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

7.2.4. Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder o cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades participantes sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou entidades participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante.

8.3. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.4. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do licitante fornecedor será cancelado pelo órgão ou entidade gerenciadora quando:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou,

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos subitens 9.1 1, 9.1.2. e 9.1.4. será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.3. O cancelamento de registro na hipótese do subitem 9.1.2. será formalizado pelo órgão gerenciador a partir da informação da ocorrência, nos termos do Parágrafo único do art. 12 do Decreto Estadual n.º 43.759, de 2023, pelo órgão ou entidade participante.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados, nas seguintes hipóteses:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do § 3º do art. 43 e no § 4º do art. 44, ambos do Decreto Estadual n.º 43.759, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIII, do Decreto Estadual n.º 43.759, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 12, Parágrafo único, do Decreto Estadual n.º 43.759, de 2023).

10.3. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. É de responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes, a gestão dos contratos decorrentes da ata de registro de preços e demais atos inerentes, desde a sua formalização até o processamento da despesa, em todas as suas fases, especialmente, o controle, inclusão e divulgação nos sistemas e órgãos pertinentes, em conformidade com as normas aplicáveis.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 01 (uma) via, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e disponibilizada aos demais órgãos participantes no endereço eletrônico www.centraldecompras.pb.gov.br.

Local e Data

REPRESENTANTE LEGAL DO ÓRGÃO GERENCIADOR

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS) DO(S) FORNECEDOR(S) REGISTRADO(S)

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

GOVERNO DA PARAÍBA

ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Pregão Eletrônico nº xxx – Processo nº XXXX – Objeto e órgão(s) participante(s)

Empresa (Razão Social/CNPJ):

Endereço/Telefone/E-mail:

Dados Bancários: (Banco, Agência e Conta)

Em atendimento ao Edital do Pregão em epígrafe, apresentamos a seguinte proposta de preços:

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. (R$)	Valor Total do Item (R$)

Valor global da Proposta: Valor global da proposta por extenso:

Alíquota de ISS e/ou ICMS, conforme o caso.

Validade da Proposta: *(O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação)*

Declaração de que nos valores propostos estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto e que a proposta atende todas as exigências do instrumento convocatório.

Outras informações importantes para o dimensionamento da proposta constantes no Edital/TR (atender às exigências do instrumento convocatório)

_____

Assinatura do Representante Legal

(Cargo/RG/CPF)

Observação:

Declaração que a empresa se enquadra na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso;

No caso de ME/EPP, declarar expressamente na proposta comercial, se for o caso, a opção pelo SIMPLES NACIONAL, apresentando a comprovação que faz jus ao tratamento tributário favorecido;

ANEXO V - Modelo de declaração negativa de relação familiar ou de parentesco

DECLARAÇÃO NEGATIVADE RELAÇÃO FAMILIAR OU DE PARENTESCO

A empresa (Razão Social da Licitante), CNPJ n º_____, sediada no seguinte endereço:_____, nº e complemento _____, CEP, bairro, cidade/UF, por intermédio de seu representante legal, (Nome completo/CPF), DECLARA, sob as penas da lei e para os fins do disposto no inciso III, do art. 1º da Lei nº 8.124/2006 (alterada pela Lei nº 12.272/2014), QUE NÃO HÁ DENTRE SEUS SÓCIOS cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou por afinidade, até o terceiro grau, dos agentes públicos e políticos definidos no inciso I da referida lei, a seguir descritos: Governador do Estado, Vice-Governador do Estado e dos servidores investidos em cargos de Secretário de Estado, Secretário Executivo ou equivalentes a estes, Gerências de Áreas Instrumentais e Gerências Executivas e Regionais de Áreas Finalísticas, além dos ocupantes de cargos de Direção superior, Diretoria de Sociedades de Economia Mista e de Gerências Executivas e Regionais ou equivalentes da Administração Indireta, inclusive de Sociedades de Economia Mista.

Cidade/UF,_____de_____de 20___.

_____

(Nome, Cargo e Assinatura do Representante Legal da Empresa)

ANEXO VI - Modelo de declaração de enquadramento como ME/EPP

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO ME/EPP

A empresa (Razão Social da Licitante), CNPJ n º _____, sediada no seguinte endereço:_____, nº e complemento _____, CEP, bairro, cidade/UF, por intermédio de seu representante legal, (Nome completo/CPF), DECLARA, sob as penas da lei e para os fins do disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133/21, que:

A licitante é uma microempresa ou empresa de pequeno porte, devidamente enquadrada nos termos da legislação vigente. Portanto, confirma que no ano-calendário de realização do presente certame não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme definido na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Declaro ainda estar ciente de que o não cumprimento das disposições legais acima referidas pode acarretar na inabilitação da empresa nesta licitação, bem como outras sanções previstas na legislação.

Por fim, coloco-me à disposição para apresentar quaisquer documentos comprobatórios que se façam necessários para a verificação da veracidade das informações ora prestadas.

Cidade/UF, _____ de _____ de 20___.

_____

(Nome, Cargo e Assinatura do Representante Legal da Empresa)

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

MAPA DE ESTIMATIVA DE ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

PESQUISA: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MERCEARIA IV - CCG

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ITEM	UNID	TOTAL
1	51378	ATUM em lata, conserva em molho de tomate, com aproximadamente 170 g. Acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Lote 001	Un	816
2	115524	AZEITE de oliva com trufas brancas, com aproximadamente 250 ml. Acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Lote 001	Un	400
3	132330	AZEITE de Oliva Extra Virgem, sem colesterol, com 500 ml. Acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Lote 001	Un	912
4	136321	BISCOITO recheado, sabores diversos, com aproximadamente 130 g.	Lote 001	Pct	1440
5	90274	DOCE de Banana sem açúcar em barra de aproximadamente 30 gramas. Caixa com aproximadamente 24 unidades em embaladas individualmente.	Lote 001	Pct	72
6	123165	FARINHA DE ARROZ, primeira qualidade, com 500 g. Embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	Lote 001	SACHE	240
7	1366	FARINHA de rosca, com 500 g. Acondicionada em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Lote 001	Un	602
8	103842	FARINHA DE TEMPURÁ, com aproximadamente 500 g. Acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Lote 001	Un	240
9	1358	FARINHA Panko. Acondicionada em embalagem de polipropileno transparente, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Lote 001	Kg	422

10	1185	FERMENTO biológico, primeira qualidade, em tablete, com aproximadamente 500g. Acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Lote 001	Un	216
11	92755	FIGO em calda, com aproximadamente 400g. Acondicionada em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Lote 001	Un	240
12	115526	GELEIA de pimenta, com aproximadamente 230 g. Acondicionada em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Lote 001	Un	240
13	1379	GELÉIA de abacaxi, com aproximadamente 230 g. Acondicionada em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Lote 001	Un	240
14	1410	GELÉIA de amora, com aproximadamente 230 g. Acondicionada em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Lote 001	Un	240
15	132331	GELÉIA de frutas vermelhas, com aproximadamente 230 g. Acondicionada em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Lote 001	Un	240
16	117317	MACARRÃO tipo espaguete sem Glúten, com aproximadamente 500g. Acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Lote 001	Pct	240
17	132334	MAIONESE light, com aproximadamente 500g. Acondicionada em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Lote 001	Un	546
18	46422	MAIONESE tradicional, com 500 g. Acondicionada em embalagem original do fabricante.	Lote 001	Un	1186
19	110286	MANTEIGA tipo ghee de primeira qualidade, com 500g. Acondicionada em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Lote 001	Un	556
20	99705	MASSA folhada, sem gordura hidrogenada, com aproximadamente 300g. Acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Lote 001	Un	1002

21	99704	MASSA italiana Conchiglie primeira qualidade, com 500 g. Acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Lote 001	Un	580
22	99703	MASSA italiana Farfalle primeira qualidade, com 500 g. Acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Lote 001	Un	674
23	99702	MASSA italiana Fettuccine, primeira qualidade, com 500 g. Acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Lote 001	Un	474
24	66625	MASSA para nhoque, com 1 kg. Acondicionada em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Lote 001	Un	240
25	128724	MASSA para Pastel. Embalagem de 1kg com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Lote 001	Un	120
26	115516	Mini cebola em conserva, peso líquido aproximado 200g. Acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Lote 001	Un	240
27	115515	MINI milho em conserva, peso líquido aproximado 200g. Acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Lote 001	Un	240
28	67416	MOLHO barbecue, com aproximadamente 400 g. Acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade..	Lote 001	Un	240
29	46443	MOLHO de tomate, primeira qualidade, com aproximadamente 340 g. Acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Lote 001	Un	1728
30	47231	ÓLEO de canola, com aproximadamente 900 ml. Acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Lote 001	Un	2208
31	95390	ÓLEO de Girassol, leticina de soja, triglicerídeo do acido cáprico, VITAMINA A E VITAMINA E, embalagem de 500 ml.	Lote 001	Un	1428

32	47232	ÓLEO de soja refinado, com aproximadamente 900 ml. Acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Lote 001	Un	1512
33	2220	PALMITO em conserva, com 300 g. Acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Lote 001	Un	152
34	132340	PATÊ DE ATUM, com aproximadamente 150 g. Acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Lote 001	Un	240
35	99733	PEPINO em conserva, com 300 g. Acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Lote 001	Un	240
36	50793	PÊSSEGO em calda, em conserva, primeira qualidade, com 450 g. Acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Lote 001	Un	240
37	99701	PIMENTA biquinho vermelha em conserva, com aproximadamente 250g. Acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Lote 001	Un	212
38	46447	QUEIJO ralado tipo parmesão, tradicional, com 100 g. Acondicionado em plástico a vácuo, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade.	Lote 001	Un	480
39	1210	SUCO de fruta concentrado, sabor uva, com 1 litro. Acondicionado em embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante, lote, data de fabricação e prazo de validade.	Lote 001	Un	360
40	99697	TOMATE SECO em conserva, com aproximadamente 170g. Acondicionada em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Lote 001	Un	290

Consolidado por: Andrea Cristina Avelino Feitoza

Data consolidação: 23/12/2025

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

MAPA DE CONFERÊNCIA DE QUANTITATIVO DE ÓRGÃOS: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MERCEARIA IV - CCG

PROCESSO N° : 19.000.000114.2025	ÓRGÃOS	Total

Item	Cod	Descrição	Item	Uni	CCG																			
1	51378	ATUM em lata, conserva em molho de tomate, com	Lote 001	Un	408																			408
2	115524	AZEITE de oliva com trufas brancas, com aproximadame	Lote 001	Un	200																			200
3	132330	AZEITE de Oliva Extra Virgem, sem colesterol, com	Lote 001	Un	456																			456
4	136321	BISCOITO recheado, sabores diversos, com	Lote 001	Pct	720																			720
5	90274	DOCE de Banana sem açúcar em barra de	Lote 001	Pct	36																			36
6	123165	FARINHA DE ARROZ, primeira qualidade, com	Lote 001	SACHE	120																			120
7	1366	FARINHA de rosca, com 500 g . Acondicionada	Lote 001	Un	301																			301
8	103842	FARINHA DE TEMPURÁ, com aproximadamente 500 g.	Lote 001	Un	120																			120

MAPA DE CONFERÊNCIA DE QUANTITATIVO DE ÓRGÃOS: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MERCEARIA IV - CCG

PROCESSO N° : 19.000.000114.2025	ÓRGÃOS	Total

Item	Cod	Descrição	Item	Uni	CCG																			
9	1358	FARINHA Panko. Acondicionada em embalagem	Lote 001	Kg	211																			211
10	1185	FERMENTO biológico, primeira qualidade, em	Lote 001	Un	108																			108
11	92755	FIGO em calda, com aproximadamente 400g.	Lote 001	Un	120																			120
12	115526	GELEIA de pimenta, com aproximadamente 230 g.	Lote 001	Un	120																			120
13	1379	GELÉIA de abacaxi, com aproximadamente 230 g.	Lote 001	Un	120																			120
14	1410	GELÉIA de amora, com aproximadamente 230 g.	Lote 001	Un	120																			120
15	132331	GELÉIA de frutas vermelhas, com	Lote 001	Un	120																			120
16	117317	MACARRÃO tipo espaguete sem Glúten, com	Lote 001	Pct	120																			120
17	132334	MAIONESE light, com aproximadamente 500g.	Lote 001	Un	273																			273
18	46422	MAIONESE tradicional, com 500 g. Acondicionada	Lote 001	Un	593																			593

MAPA DE CONFERÊNCIA DE QUANTITATIVO DE ÓRGÃOS: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MERCEARIA IV - CCG

PROCESSO N° : 19.000.000114.2025						ÓRGÃOS																Total
Item	Cod	Descrição	Item	Uni	CCG																		
19	110286	MANTEIGA tipo ghee de primeira qualidade, com	Lote 001	Un	278																		278
20	99705	MASSA folhada, sem gordura hidrogenada, com	Lote 001	Un	501																		501
21	99704	MASSA italiana Conchiglie primeira qualidade, com	Lote 001	Un	290																		290
22	99703	MASSA italiana Farfalle primeira qualidade, com	Lote 001	Un	337																		337
23	99702	MASSA italiana Fettuccine, primeira qualidade, com	Lote 001	Un	237																		237
24	66625	MASSA para nhoque, com 1 kg. Acondicionada	Lote 001	Un	120																		120
25	128724	MASSA para Pastel. Embalagem de 1kg com dados	Lote 001	Un	60																		60
26	115516	Mini cebola em conserva, peso líquido aproximado	Lote 001	Un	120																		120
27	115515	MINI milho em conserva, peso líquido aproximado	Lote 001	Un	120																		120
28	67416	MOLHO barbecue, com aproximadamente 400 g.	Lote 001	Un	120																		120

MAPA DE CONFERÊNCIA DE QUANTITATIVO DE ÓRGÃOS: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MERCEARIA IV - CCG

PROCESSO N° : 19.000.000114.2025					ÓRGÃOS																	Total
Item	Cod	Descrição	Item	Uni	CCG																		
29	46443	MOLHO de tomate, primeira qualidade, com	Lote 001	Un	864																		864
30	47231	ÓLEO de canola, com aproximadamente 900 ml.	Lote 001	Un	1104																		1104
31	95390	ÓLEO de Girassol, leticina de soja, triglicerídeo do	Lote 001	Un	714																		714
32	47232	ÓLEO de soja refinado, com aproximadamente 900 ml.	Lote 001	Un	756																		756
33	2220	PALMITO em conserva, com 300 g. Acondicionado	Lote 001	Un	76																		76
34	132340	PATÊ DE ATUM, com aproximadamente 150 g.	Lote 001	Un	120																		120
35	99733	PEPINO em conserva, com 300 g. Acondicionado	Lote 001	Un	120																		120
36	50793	PÊSSEGO em calda, em conserva, primeira	Lote 001	Un	120																		120
37	99701	PIMENTA biquinho vermelha em conserva, com	Lote 001	Un	106																		106
38	46447	QUEIJO ralado tipo parmesão, tradicional, com 100 g.	Lote 001	Un	240																		240

MAPA DE CONFERÊNCIA DE QUANTITATIVO DE ÓRGÃOS: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MERCEARIA IV - CCG

PROCESSO N° : 19.000.000114.2025					ÓRGÃOS																		Total
Item	Cod	Descrição	Item	Uni	CCG																		
39	1210	SUCO de fruta concentrado, sabor uva, com 1 litro.	Lote 001	Un	180																		180
40	99697	TOMATE SECO em conserva, com aproximadame	Lote 001	Un	145																		145

Consolidado por: Andrea Cristina Avelino Feitoza

Data consolidação: 23/12/2025

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INTRODUÇÃO

Este estudo serve essencialmente para assegurar a viabilidade técnica e operacional da contratação pretendida e embasar o Termo de Referência de acordo com a Lei 14.133/2021, art. 18°, inciso §1° cominado com o art. 10°, do Decreto n° 46.187 de 28 de Janeiro de 2025.

2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (Decreto n° 46.187/2025 – ART. 10°, I)

Este presente estudo tem o objetivo esclarecer a necessidade da Casa Civil do Governador adquirir **GÊNERO ALIMENTÍCIO (MERCEARIA IV)** para consumo da Residência Oficial do Governador. Esta aquisição se justifica não apenas pela satisfação das necessidades alimentares de nosso público, mas também pelos importantes benefícios de saúde, bem-estar e promoção da transparência que tal medida pode proporcionar.

A Casa Civil do Governador tem como uma de suas competências prestarem assistência logística ao Chefe do Poder Executivo Estadual, incluindo o fornecimento de gêneros alimentícios. A necessidade da contratação de **Gêneros Alimentícios (Mercearia IV)** visa manter o fornecimento constante e regular de itens para o preparo de refeições diárias na Residência Oficial, garantindo seu pleno funcionamento.

O interesse público envolvido na contratação é o de assegurar o suporte alimentar e nutricional ao Chefe do Poder Executivo, permitindo que desempenhe suas funções de maneira eficiente. A manutenção do abastecimento de gêneros alimentícios é uma atividade institucional contínua e essencial para o bem-estar do Governador e de sua equipe.

O objetivo estratégico a ser atingido com esta aquisição é assegurar que a Residência Oficial tenha os recursos necessários para o preparo de alimentos e refeições diárias e continua. Isso contribui para a eficiência do trabalho do Governador e para a manutenção das atividades governamentais.

A ausência de itens essenciais pode comprometer a elaboração de refeições completas, impactando o atendimento das necessidades da Casa Civil.

Em resumo, a contratação é crucial para:

CCGDIN202503709

Assinado com senha por [CCG11015] [SENHA] FLAVIANO CÔRTES DE SOUSA e [CCG10954] [SENHA] IRIS RODRIGUES DANTAS CAVALCANTI em 24/11/2025 - 17:37hs.
Documento Nº: 9495640-7247 - consulta à autenticidade em https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9495640-7247

PBdoc

•Assegurar o suporte logístico e alimentar ao Chefe do Executivo Estadual.

•Garantir o pleno funcionamento da Residência Oficial do Governador.

•Atender ao interesse público de manter as atividades governamentais em pleno funcionamento.

•Alcançar o objetivo estratégico de prover assistência direta ao Chefe do Poder Executivo, sendo uma atividade institucional suportada pela Casa Civil do Governador.

Ainda, é de suma importância indicar a necessidade de manter uma rotina de entrega atualmente observada pelos servidores daquela repartição. Tal rotina irá garantir o correto alinhamento entre o estoque e a equipe de produção nas duas cozinhas em funcionamento naquela repartição. Dessa forma, a contratada deverá entregar o material, quando da solicitação da Contratante, em **remessa parcelada**, nos endereços especificados no instrumento convocatório.

Observando os custos envolvidos em tal fornecimento indica-se a necessidade de prevê que estes estejam previstos e sejam assumidos pelo contratado, eximindo a Administração de toda e qualquer responsabilidade sobre o frete. Assim, os valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

Visto que a garantia de tal fornecimento é de suma importância para a atividade desenvolvida por este órgão, sugere-se a exigência de apresentação de atestados de capacidade técnica, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante executa ou executou o fornecimento compatível com o objeto da licitação.

Diante do exposto, apresenta-se a necessidade da aquisição de **GÊNERO ALIMENTÍCIO (MERCEARIA IV)**, visando atender às necessidades alimentares de nossa equipe e demais envolvidos em nossas atividades, promovendo assim a saúde, o bem-estar e a transparência em nossa instituição.

CCGDIN202503709

Assinado com senha por [CCG11015] [SENHA] FLAVIANO CÔRTES DE SOUSA e [CCG10954] [SENHA] IRIS RODRIGUES DANTAS CAVALCANTI em 24/11/2025 - 17:37hs.
Documento Nº: 9495640-7247 - consulta à autenticidade em https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9495640-7247

PBdoc

3. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES (Decreto n° 46.187/2025 – ART. 10°, V)

Dentre as principais competências da Casa Civil do Governador, cabe a administração geral da Sede do Poder Executivo Estadual, Residência Oficial do Governador, Sede Administrativa e Financeira da Casa Civil do Governador, Ouvidoria Geral do Estado, Escritório de Representação do Governo do Estado e a assistência direta e imediata ao Chefe do poder Executivo.

Para tanto, a licitação objetivando a futura contratação para **AQUISIÇÃO DE GÊNERO ALIMENTÍCIO (MERCEARIA IV)**, torna-se essencial para suporte alimentar e nutricional firmada mediante a competência da Casa Civil do Governador vinculado a assistência direta ao Chefe do Poder Executivo.

Em observância a **Portaria nº138/2023/TCE**, a qual versa que as estimativas, devem ser lastreadas em estudo técnico **ou** na média histórica das aquisições nos últimos três anos, tal análise para quantificação dos itens, baseou-se na média apresentada no relatório de saídas fornecido pelo Sistema de Gestão de Patrimônio para os anos 2022, 2023 e 2024, portanto **MÉDIA HISTÓRICA** para quantificação ou para fundamentar o estudo, conforme o caso.

A análise da média histórica de consumo para os anos de 2022, 2023 e 2024, fornecida pela movimentação apresentada pelo Sistema de Gestão de Patrimônio, fundamentou a quantificação dos itens para a futura contratação. A identificação do desvio padrão para cada item permite uma ação preventiva, visando garantir a regularidade no fornecimento de gêneros alimentícios à Residência Oficial do Governador. Essa análise está em consonância com a Portaria nº138/2023/TCE, que orienta que as estimativas sejam baseadas em estudo técnico ou na média histórica das aquisições.

CCGDIN202503709

Assinado com senha por [CCG11015] [SENHA] FLAVIANO CÔRTES DE SOUSA e [CCG10954] [SENHA] IRIS RODRIGUES DANTAS CAVALCANTI em 24/11/2025 - 17:37hs.
Documento Nº: 9495640-7247 - consulta à autenticidade em https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9495640-7247

PBdoc

Na intenção de alcançar maior transparência e detalhamento na média histórica de concessão de tal objeto, segue tabela abaixo.

REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE GÊNERO ALIMENTÍCIO (MERCEARIA 4) – SEG
PROCESSO: 19.000.000114.2025
PESQUISA DE QUANTIDADE: 30092025 134828

ORDEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	UN	Lote	CONSUMO 2022	CONSUMO 2023	CONSUMO 2024	MÉDIA ÚLTIMOS 3 (TRÊS) ANOS	DESVIO PADRÃO	QTDE SOLICITADA (12 MESES)
1.	115524	AZEITE de oliva com trufas brancas, com aproximadamente 250 ml. Acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	1	0	0	0	0	0	200
2.	51378	ATUM em lata, conserva em molho de tomate, com aproximadamente 170 g. Acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	1	243	301	93	212	107	408
3.	1358	FARINHA Panko. Acondicionada em embalagem de polipropileno transparente, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Kg	1	0	0	134	45	77	211
4.	1185	FERMENTO biológico, primeira qualidade, em tablete, com aproximadamente 500g. Acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	1	89	53	60	67	19	108
5.	132334	MAIONESE light, com aproximadamente 500g. Acondicionada em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	1	230	210	147	196	43	273
6.	99705	MASSA folhada, sem gordura hidrogenada, com aproximadamente 300g. Acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	1	47	73	339	153	162	501
7.	47231	ÓLEO de canola, com aproximadamente 900 ml. Acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	1	175	180	765	373	339	1104

CCGDIN202503709

Assinado com senha por [CCG11015] [SENHA] FLAVIANO CÔRTES DE SOUSA e [CCG10954] [SENHA] IRIS RODRIGUES DANTAS CAVALCANTI em 24/11/2025 - 17:37hs.
Documento Nº: 9495640-7247 - consulta à autenticidade em https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9495640-7247

PBdoc

8.	2220	PALMITO em conserva, com 300 g. Acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	1	0	0	48	16	28	76
9.	99701	PIMENTA biquinho vermelha em conserva, com aproximadamente 250g. Acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	1	55	61	88	68	18	106
10.	132330	AZEITE de Oliva Extra Virgem, sem colesterol, com 500 ml. Acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	1	182	318	431	310	125	456
11.	117317	MACARRÃO tipo espaguete sem Glúten, com aproximadamente 500g. Acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Pct	1	0	0	0	0	0	120
12.	123165	FARINHA DE ARROZ, primeira qualidade, com 500 g. Embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	SACHE	1	0	0	10	3	6	120
13.	67416	MOLHO barbecue, com aproximadamente 400 g. Acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	1	0	0	0	0	0	120
14.	132340	PATÊ DE ATUM, com aproximadamente 150 g. Acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	1	0	0	42	14	24	120
15.	92755	FIGO em calda, com aproximadamente 400g. Acondicionada em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	1	0	0	0	0	0	120
16.	1379	GELÉIA de abacaxi, com aproximadamente 230 g. Acondicionada em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	1	0	0	0	0	0	120
17.	1410	GELÉIA de amora, com aproximadamente 230 g. Acondicionada em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	1	0	0	10	3	6	120
18.	132331	GELÉIA de frutas vermelhas, com aproximadamente 230 g. Acondicionada em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	1	0	0	0	0	0	120

CCGDIN202503709

Assinado com senha por [CCG11015] [SENHA] FLAVIANO CÔRTES DE SOUSA e [CCG10954] [SENHA] IRIS RODRIGUES DANTAS CAVALCANTI em 24/11/2025 - 17:37hs.
Documento Nº: 9495640-7247 - consulta à autenticidade em https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9495640-7247

PBdoc

19.	115526	GELEIA de pimenta, com aproximadamente 230 g. Acondicionada em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	1	5	0	0	2	3	120
20.	66625	MASSA para inhoque, com 1 kg. Acondicionada em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	1	0	0	0	0	0	120
21.	115516	Mini cebola em conserva, peso líquido aproximado 200g. Acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	1	0	0	0	0	0	120
22.	115515	MINI milho em conserva, peso líquido aproximado 200g. Acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	1	0	0	0	0	0	120
23.	99733	PEPINO em conserva, com 300 g. Acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	1	0	0	18	6	10	120
24.	50793	PÊSSEGO em calda, em conserva, primeira qualidade, com 450 g. Acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	1	9	0	0	3	5	120
25.	1210	SUCO de fruta concentrado, sabor uva, com 1 litro. Acondicionado em embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante, lote, data de fabricação e prazo de validade.	Un	1	0	0	13	4	8	180
26.	103842	FARINHA DE TEMPURÁ, com aproximadamente 500 g. Acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	1	60	59	64	61	3	120
27.	46447	QUEIJO ralado tipo parmesão, tradicional, com 100 g. Acondicionado em plástico a vácuo, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade.	Un	1	0	0	49	16	28	240
28.	90274	DOCE de Banana **sem açúcar** em barra de aproximadamente 30 gramas. Caixa com aproximadamente 24 unidades em embaladas individualmente.	Pct	1	0	0	9	3	5	36
29.	128724	MASSA para Pastel. Embalagem de 1kg com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	1	0	0	28	9	16	60
30.	136321	BISCOITO recheado, sabores diversos, com aproximadamente 130 g.	Pct	1	0	0	0	0	0	720

CCGDIN202503709

Assinado com senha por [CCG11015] [SENHA] FLAVIANO CÔRTES DE SOUSA e [CCG10954] [SENHA] IRIS RODRIGUES DANTAS CAVALCANTI em 24/11/2025 - 17:37hs.
Documento Nº: 9495640-7247 - consulta à autenticidade em https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9495640-7247

PBdoc

31.	46422	MAIONESE tradicional, com 500 g. Acondicionada em embalagem original do fabricante.	Un	1	253	205	399	286	101	593
32.	110286	MANTEIGA tipo ghee de primeira qualidade, com 500g. Acondicionada em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	1	51	48	163	87	66	278
33.	95390	ÓLEO de girassol, com aproximadamente 900 ml. Acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	1	165	196	455	272	159	714
34.	47232	ÓLEO de soja refinado, com aproximadamente 900 ml. Acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	1	16	10	383	136	214	756
35.	99697	TOMATE SECO em conserva, com aproximadamente 170g. Acondicionada em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	1	62	65	105	77	24	145
36.	1366	FARINHA de rosca, com 500 g. Acondicionada em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	1	119	129	215	154	53	301
37.	99704	MASSA italiana Conchiglie primeira qualidade, com 500 g. Acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	1	50	82	186	106	71	290
38.	99703	MASSA italiana Farfalle primeira qualidade, com 500 g. Acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	1	40	83	210	111	88	337
39.	99702	MASSA italiana Fettuccine, primeira qualidade, com 500 g. Acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	1	40	83	160	94	61	237
40.	46443	MOLHO de tomate, primeira qualidade, com aproximadamente 340 g. Acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	1	378	326	595	433	143	864

CCGDIN202503709

Assinado com senha por [CCG11015] [SENHA] FLAVIANO CÔRTES DE SOUSA e [CCG10954] [SENHA] IRIS RODRIGUES DANTAS CAVALCANTI em 24/11/2025 - 17:37hs.
Documento Nº: 9495640-7247 - consulta à autenticidade em https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9495640-7247

PBdoc

4. ESTIMATIVA DE VALOR (Decreto n° 46.187/2025 – ART. 10°, VI)

O valor estimado da contratação tomará por base a pesquisa de Preço realizada em sítio eletrônico especializado, estando descrito abaixo:

Abaixo se expõe o detalhamento do preço estimado hora ventilado, sendo:

SEQUÊNCIA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UN	Lote	QTDE SOLICITADA (12 MESES)	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR ESTIMADO TOTAL	FONTE
1.	115524	AZEITE de oliva com trufas brancas, com aproximadamente 250 ml. Acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	1	200	R$ 168,90	R$ 33.780,00	https://www.amazon.com.br/AZEITE-SAVITAR-TRUFA-BRANCA-PALHA/dp/B087JY7ZMD?source=ps-sl-shoppingads-lpcontext&ref_=fplfs&psc=1&smid=A3OGP2S8YVAJ11
2.	51378	ATUM em lata, conserva em molho de tomate, com aproximadamente 170 g. Acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	1	408	R$ 10,39	R$ 4.239,12	https://mercado.carrefour.com.br/atum-ralado-no-molho-de-tomate-coqueiro-170g-5856566/p
3.	1358	FARINHA Panko. Acondicionada em embalagem de polipropileno transparente, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Kg	1	211	R$ 28,29	R$ 5.969,19	https://www.drogasil.com.br/farinha-panko-taressu-kodilar-1kg-u-unica-1308740.html?srsltid=AfmBOorADdwYAoEyU6wAiVKxWZGAvxIwaI-PCiM98HOKeUVvwqGI1xXmm6Q
4.	1185	FERMENTO biológico, primeira qualidade, em tablete, com aproximadamente 500g. Acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	1	108	R$ 20,79	R$ 2.245,32	https://www.casadoconfeiteiro.com.br/fermento-biologico-para-massa-salgada-500gr--fornatta-69229-5
5.	132334	MAIONESE light, com aproximadamente 500g. Acondicionada em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	1	273	R$ 12,95	R$ 3.535,35	https://www.amazon.com.br/Hellmanns-Maionese-Light-500g/dp/B08665CRL6?source=ps-sl-shoppingads-lpcontext&ref_=fplfs&psc=1&smid=A1ZZFT5FULY4LN
6.	99705	MASSA folhada, sem gordura hidrogenada, com aproximadamente 300g. Acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	1	501	R$ 19,90	R$ 9.969,90	https://www.paodeacucar.com/produto/1590721/massa-folhada-laminada-congelada-arosa-caixa-300g
7.	47231	ÓLEO de canola, com aproximadamente 900 ml. Acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	1	1104	R$ 14,89	R$ 16.438,56	https://www.tendaatacado.com.br/produto/oleo-de-canola-liza-pet-900ml-874?srsltid=AfmBOoqvz2qQWIpoose1WsUdZ3mWBRjxFXePs0wXvSRvezzmdlbupTgDSdA&region_id=000500
8.	2220	PALMITO em conserva, com 300 g. Acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	1	76	R$ 42,89	R$ 3.259,64	https://www.amazon.com.br/Palmito-Pupunha-Conserva-Vale-F%C3%A9rtil/dp/B09LRHTQBQ?source=ps-sl-shoppingads-lpcontext&ref_=fplfs&psc=1&smid=A1ZZFT5FULY4LN
9.	99701	PIMENTA biquinho vermelha em conserva, com aproximadamente 250g. Acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	1	106	R$ 30,99	R$ 3.284,94	https://www.paodeacucar.com/produto/23925?storeId=461&isGoogleShopping=true

CCGDIN202503709

Assinado com senha por [CCG11015] [SENHA] FLAVIANO CÔRTES DE SOUSA e [CCG10954] [SENHA] IRIS RODRIGUES DANTAS CAVALCANTI em 24/11/2025 - 17:37hs.
Documento Nº: 9495640-7247 - consulta à autenticidade em https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9495640-7247

PBdoc

10.	132330	AZEITE de Oliva Extra Virgem, sem colesterol, com 500 ml. Acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	1	456	R$ 32,90	R$ 15.002,40	https://www.amazon.com.br/AZEITE-NOVA-OLIVA-VIRGEM-CLASSICO/dp/B08CMCSXY5?source=ps-sl-shoppingads-lpcontext&ref_=fplfs&psc=1&smid=A1ZZFT5FULY4LN
11.	117317	MACARRÃO tipo espaguete sem Glúten, com aproximadamente 500g. Acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Pct	1	120	R$ 24,90	R$ 2.988,00	https://www.amazon.com.br/MACARR%C3%83O-RENATA-ESPAGUETE-GLUTEN-500G/dp/B09S4425F9?source=ps-sl-shoppingads-lpcontext&ref_=fplfs&psc=1&smid=A1325GQFHIZLNT
12.	123165	FARINHA DE ARROZ, primeira qualidade, com 500 g. Embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	SACHE	1	120	R$ 32,19	R$ 3.862,80	https://www.amazon.com.br/Farinha-Org%C3%A2nica-Ecobio-Produto-Org%C3%A2nico/dp/B07XRYWRKT
13.	67416	MOLHO barbecue, com aproximadamente 400 g. Acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	1	120	R$ 21,99	R$ 2.638,80	https://www.amazon.com.br/Heinz-Molho-Barbecue-397g/dp/B097BY8K4S?source=ps-sl-shoppingads-lpcontext&ref_=fplfs&psc=1&smid=A1ZZFT5FULY4LN
14.	132340	PATÊ DE ATUM, com aproximadamente 150 g. Acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	1	120	R$ 11,79	R$ 1.414,80	https://www.paodeacucar.com/produto/1624088?storeId=461&isGoogleShopping=true
15.	92755	FIGO em calda, com aproximadamente 400g. Acondicionada em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	1	120	R$ 21,59	R$ 2.590,80	https://mercado.carrefour.com.br/o-figo-em-calda-carrefour-vem-em-lata-com-400-gramas-5863635/p?region_id=58036460
16.	1379	GELÉIA de abacaxi, com aproximadamente 230 g. Acondicionada em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	1	120	R$ 16,64	R$ 1.996,80	https://www.lineaalimentos.com.br/geleia-de-abacaxi-com-hortela-linea-230g.html?utm_source=google_shopping
17.	1410	GELÉIA de amora, com aproximadamente 230 g. Acondicionada em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	1	120	R$ 15,98	R$ 1.917,60	https://www.amazon.com.br/Geleia-de-Amora-Linea-230g/dp/B07Y4Y75BG?source=ps-sl-shoppingads-lpcontext&ref_=fplfs&psc=1&smid=A1ZZFT5FULY4LN
18.	132331	GELÉIA de frutas vermelhas, com aproximadamente 230 g. Acondicionada em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	1	120	R$ 16,64	R$ 1.996,80	https://www.lineaalimentos.com.br/geleia-de-fruras-vermelhas-linea-230g.html?utm_source=google_shopping
19.	115526	GELEIA de pimenta, com aproximadamente 230 g. Acondicionada em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	1	120	R$ 17,54	R$ 2.104,80	https://www.lineaalimentos.com.br/geleia-de-pimenta-vermelha-linea-230g.html?utm_source=google_shopping
20.	66625	MASSA para inhoque, com 1 kg. Acondicionada em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	1	120	R$ 19,90	R$ 2.388,00	https://davo.com.br/frios-e-laticinios/nhoque-massa-leve-1-kg/prod_7896228100768?srsltid=AfmBOoq9F0ZTKDH5JS0iLjERWkZQ46tvm9KvuROZ6D1CiTYyWbmCICtzH04
21.	115516	Mini cebola em conserva, peso líquido aproximado 200g. Acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	1	120	R$ 12,90	R$ 1.548,00	https://www.atacadao.com.br/cebolinha-campo-belo-46623/p?idsku=10545&srsltid=AfmBOoo1hv3ptKJl2M_wtnnQCz_DXATO6fFaxLVpzd22HsfU9m64Lx2a2Lw
22.	115515	MINI milho em conserva, peso líquido aproximado 200g. Acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	1	120	R$ 22,99	R$ 2.758,80	https://www.amazon.com.br/Mini-Milho-em-Conserva-200g/dp/B0FC2YN9KN?source=ps-sl-shoppingads-lpcontext&ref_=fplfs&psc=1&smid=A1ZZFT5FULY4LN
23.	99733	PEPINO em conserva, com 300 g. Acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	1	120	R$ 22,97	R$ 2.756,40	https://www.amazon.com.br/Pepino-Conserva-Vale-F%C3%A9rtil-Pequeno/dp/B09LR6PFZ6?source=ps-sl-shoppingads-lpcontext&ref_=fplfs&psc=1&smid=A1ZZFT5FULY4LN

CCGDIN202503709

Assinado com senha por [CCG11015] [SENHA] FLAVIANO CÔRTES DE SOUSA e [CCG10954] [SENHA] IRIS RODRIGUES DANTAS CAVALCANTI em 24/11/2025 - 17:37hs.
Documento Nº: 9495640-7247 - consulta à autenticidade em https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9495640-7247

PBdoc

24.	50793	PÊSSEGO em calda, em conserva, primeira qualidade, com 450 g. Acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	1	120	R$ 17,90	R$ 2.148,00	https://www.paodeacucar.com/produto/328754/pessego-em-calda-metades-qualita-lata-450g
25.	1210	SUCO de fruta concentrado, sabor uva, com 1 litro. Acondicionado em embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante, lote, data de fabricação e prazo de validade.	Un	1	180	R$ 18,00	R$ 3.240,00	https://loja.vinicolaaurora.com.br/products/suco-de-uva-aurora-tinto-1l?idsku=43&srsltid=AfmBOoohgBFhhizeK--bvtB6O-s1F0UZXgneUSPoGMyAPfmHED7IJLnI-64
26.	103842	FARINHA DE TEMPURÁ, com aproximadamente 500 g. Acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	1	120	R$ 24,90	R$ 2.988,00	https://www.amazon.com.br/Farinha-Tempur%C3%A1-Massa-Pronta-Tempurako/dp/B0BYFLN9PB?source=ps-sl-shoppingads-lpcontext&ref_=fplfs&psc=1&smid=A13HHR93X11NY0
27.	46447	QUEIJO ralado tipo parmesão, tradicional, com 100 g. Acondicionado em plástico a vácuo, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade.	Un	1	240	R$ 14,90	R$ 3.576,00	https://www.paodeacucar.com/produto/355742/queijo-parmesao-ralado-president-pacote-100g
28.	90274	DOCE de Banana **sem açúcar** em barra de aproximadamente 30 gramas. Caixa com aproximadamente 24 unidades em embaladas individualmente.	Pct	1	36	R$ 34,99	R$ 1.259,64	https://www.amazon.com.br/Bananinha-Cremosa-Faduni-adi%C3%A7%C3%A3o-unidades/dp/B084WHCRSF/ref=asc_df_B084WHCRSF?mcid=f604d81af6ff3b719574bf34079f4702&tag=googleshopp00-20&linkCode=df0&hvadid=709857019575&hvpos=&hvnetw=g&hvrand=20429111797784094400&hvpone=&hvptwo=&hvqmt=&hvdev=c&hvdvcmdl=&hvlocint=&hvlocphy=1001622&hvtargid=pla-1679644195679&psc=1&language=pt_BR&gad_source=4
29.	128724	MASSA para Pastel. Embalagem de 1kg com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	1	60	R$ 17,90	R$ 1.074,00	https://www.extramercado.com.br/produto/512248/massa-para-pastel-rolo-tree-foods-pacote-1kg?srsltid=AfmBOorxlnV-xKZUHXedWpnOdp35FKYj1Quvz4ksy55BjxfBaON5Yy-Bx3s
30.	136321	BISCOITO recheado, sabores diversos, com aproximadamente 130 g.	Pct	1	720	R$ 1,89	R$ 1.360,80	https://www.delivery.arcomix.com.br/produto/13105?srsltid=AfmBOopbFFkuGGd6pqtMfQz7VJ1Xz6N8la30FqkLmmXPY-oXH8rvsUHQPmg
31.	46422	MAIONESE tradicional, com 500 g. Acondicionada em embalagem original do fabricante.	Un	1	593	10,98	R$ 6.511,14	https://www.amazon.com.br/dp/B00LTZK7QW/ref=sspa_dk_detail_5?psc=1&pd_rd_i=B00LTZK7QW&pd_rd_w=YtBPw&content-id=amzn1.sym.1868afab-d777-4b70-8899-1b323ad91d95&pf_rd_p=1868afab-d777-4b70-8899-1b323ad91d95&pf_rd_r=JQDYWY8T697ZEG04W9VN&pd_rd_wg=ihEqB&pd_rd_r=224d9336-ec0b-40ef-8670-d4421ab72fd6&sp_csd=d2lkZ2V0TmFtZT1zcF9kZXRhaWw
32.	110286	MANTEIGA tipo ghee de primeira qualidade, com 500g. Acondicionada em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	1	278	R$ 93,88	R$ 26.098,64	https://www.amazon.com.br/Manteiga-Ghee-Leviora-Tradicional-500g/dp/B0BLQG78WK/ref=asc_df_B0BLQG78WK?mcid=51155d868001396da3bcbcc18747aeba&tag=googleshopp00-20&linkCode=df0&hvadid=709857205149&hvpos=&hvnetw=g&hvrand=14683679566977214632&hvpone=&hvptwo=&hvqmt=&hvdev=c&hvdvcmdl=&hvlocint=&hvlocphy=1001622&hvtargid=pla-2200944274029&psc=1&language=pt_BR&gad_source=4

CCGDIN202503709

Assinado com senha por [CCG11015] [SENHA] FLAVIANO CÔRTES DE SOUSA e [CCG10954] [SENHA] IRIS RODRIGUES DANTAS CAVALCANTI em 24/11/2025 - 17:37hs.
Documento Nº: 9495640-7247 - consulta à autenticidade em https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9495640-7247

PBdoc

33.	95390	ÓLEO de girassol, com aproximadamente 900 ml. Acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	1	714	R$ 15,79	R$ 11.274,06	https://www.paodeacucar.com/produto/5148?storeId=461&isGoogleShopping=true
34.	47232	ÓLEO de soja refinado, com aproximadamente 900 ml. Acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	1	756	R$ 9,29	R$ 7.023,24	https://mercado.carrefour.com.br/oleo-de-soja-concordia-900ml-8132305/p
35.	99697	TOMATE SECO em conserva, com aproximadamente 170g. Acondicionada em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	1	145	R$ 29,98	R$ 4.347,10	https://www.zaffari.com.br/tomate-seco-bom-principio-200g-1069643/p?idsku=1069643&srsltid=AfmBOopTowanlk3bYQYC9jogV1WXZ_VWV07hxOQc5ltls3MLSMjeG9RvFfg
36.	1366	FARINHA de rosca, com 500 g. Acondicionada em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	1	301	R$ 15,49	R$ 4.662,49	https://www.paodeacucar.com/produto/43684?storeId=461&isGoogleShopping=true
37.	99704	MASSA italiana Conchiglie primeira qualidade, com 500 g. Acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	1	290	R$ 65,40	R$ 18.966,00	https://www.amazon.com.br/Rustichella-8009452222116-Massa-Conchiglioni-500G/dp/B0038ATRH6?source=ps-sl-shoppingads-lpcontext&ref_=fplfs&psc=1&smid=A3EV1NLWCQMO98
38.	99703	MASSA italiana Farfalle primeira qualidade, com 500 g. Acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	1	337	R$ 16,99	R$ 5.725,63	https://www.paodeacucar.com/produto/165140?storeId=461&isGoogleShopping=true
39.	99702	MASSA italiana Fettuccine, primeira qualidade, com 500 g. Acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	1	237	R$ 15,99	R$ 3.789,63	https://www.amazon.com.br/Macarr%C3%A3o-Fettuccine-Nidi-Paganini-500g/dp/B07XC949QZ?source=ps-sl-shoppingads-lpcontext&ref_=fplfs&psc=1&smid=A1ZZFT5FULY4LN
40.	46443	MOLHO de tomate, primeira qualidade, com aproximadamente 340 g. Acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Un	1	864	R$ 3,99	R$ 3.447,36	https://www.amazon.com.br/Macarr%C3%A3o-Fettuccine-Nidi-Paganini-500g/dp/B07XC949QZ?source=ps-sl-shoppingads-lpcontext&ref_=fplfs&psc=1&smid=A1ZZFT5FULY4LN

Dessa forma, o valor estimado para a referida contratação pelo período de **12 meses** representa **R$ 236.178,55 (duzentos e trinta e seis mil cento e oito reais e cinquenta e cinco centavos)**.

CCGDIN202503709

Assinado com senha por [CCG11015] [SENHA] FLAVIANO CÔRTES DE SOUSA e [CCG10954] [SENHA] IRIS RODRIGUES DANTAS CAVALCANTI em 24/11/2025 - 17:37hs.
Documento Nº: 9495640-7247 - consulta à autenticidade em https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9495640-7247

PBdoc

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (Decreto n° 46.187/2025 – ART. 10°, IV)

A solução proposta consiste na aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS destinados à Residência Oficial do Governador do Estado da Paraíba, com vistas a assegurar o fornecimento contínuo e regular de alimentos necessários ao preparo das refeições diárias, garantindo o pleno funcionamento da estrutura administrativa e de apoio sob responsabilidade da Casa Civil do Governador.

A contratação observará as diretrizes da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à eficiência, economicidade, transparência e padronização de qualidade, sendo estruturada de forma a garantir que os produtos adquiridos atendam adequadamente às necessidades dos usuários, com desempenho, sabor e aceitabilidade compatíveis com o uso institucional pretendido.

Com base nas experiências de contratações anteriores — nas quais a aquisição de produtos de marcas pouco usuais resultou em baixa satisfação e desperdício de alimentos —, definiu-se como solução a utilização de marcas de referência apenas como parâmetro técnico de qualidade, acompanhadas da expressão “ou de melhor qualidade”, conforme prevê o art. 42 da Lei nº 14.133/2021. Essa medida assegura que o processo licitatório mantenha ampla competitividade, sem direcionamento, e ao mesmo tempo estabelece um padrão mínimo de desempenho e aceitabilidade dos produtos a serem fornecidos.

Para comprovar a equivalência técnica dos produtos ofertados em relação às marcas de referência, a licitação exigirá da empresa interessada a apresentação de comprovação documental, que demonstre que o produto ofertado possui qualidade igual ou superior à da marca indicada. Essa prova deverá ser apresentada por meio de laudos técnicos, relatórios de ensaio, certificações de qualidade, registros em órgãos de vigilância sanitária, atestados de desempenho ou outros documentos oficiais emitidos por entidades competentes ou laboratórios acreditados, devidamente atualizados e compatíveis com o item ofertado.

Além disso, o Termo de Referência contemplará especificações técnicas claras e mensuráveis para cada item, abrangendo:

1. Composição nutricional, validade e condições de conservação;

CCGDIN202503709

Assinado com senha por [CCG11015] [SENHA] FLAVIANO CÔRTES DE SOUSA e [CCG10954] [SENHA] IRIS RODRIGUES DANTAS CAVALCANTI em 24/11/2025 - 17:37hs.
Documento Nº: 9495640-7247 - consulta à autenticidade em https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9495640-7247

PBdoc

2. Características físicas (textura, cor, sabor, odor, aparência e embalagem);

3. Exigência de que os produtos estejam dentro do prazo de validade mínima de 2/3 do total indicado pelo fabricante no momento da entrega;

4. Observância às normas de segurança alimentar e sanitária estabelecidas por órgãos oficiais (Anvisa, MAPA, Inmetro e ABNT, quando aplicável);

O contrato resultante deverá prever mecanismos de fiscalização e controle de qualidade, permitindo a substituição de produtos que não atendam aos requisitos especificados, além de penalidades em caso de descumprimento.

Dessa forma, a solução proposta garante a padronização e qualificação dos Gêneros Alimentícios fornecidos, conciliando celeridade processual, segurança técnica e eficiência administrativa, assegurando que os recursos públicos sejam aplicados em produtos de qualidade comprovada e compatíveis com o interesse público.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

6.1. ALTERNATIVAS DISPONÍVEIS

6.1.1. Exigência de certificações, laudos ou normas técnicas.

a. Exigir conformidade com normas da ABNT, Inmetro, ANVISA ou outras entidades oficiais.

b. Utilizar auditorias independentes ou exigência de laudos laboratoriais para comprovar qualidade, composição ou segurança dos produtos.

6.1.2. Indicação de marca de referência (mais qualidade) acompanhada de “ou similar ou de melhor qualidade”

a. Como já previsto no art. 42 da Lei 14.133/2021, usar marcas de referência como parâmetro, mas permitir propostas similares que cumpram exigências técnicas equivalentes.

CCGDIN202503709

Assinado com senha por [CCG11015] [SENHA] FLAVIANO CÔRTES DE SOUSA e [CCG10954] [SENHA] IRIS RODRIGUES DANTAS CAVALCANTI em 24/11/2025 - 17:37hs.
Documento Nº: 9495640-7247 - consulta à autenticidade em https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9495640-7247

PBdoc

b. Exigir que similares apresentassem evidências de equivalência, como amostras, análise técnica ou comparativos.

6.1.3. Testes de aceitação e prova de qualidade

a. Incluir no edital a exigência de amostras ou testes práticos (sensoriais, de preparo, validade) para verificar se o produto atende ao padrão mínimo aceitável.

b. Somente aprovar fornecedores cujos produtos passem nesses testes.

6.1.4. Definição de parâmetros mínimos técnicos claros e mensuráveis no edital

a. Composição nutricional mínima, validade, textura, sabor, propriedades físicas, embalagem, rastreabilidade, entre outros.

6.2. ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS

6.2.1. Exigência de certificações, laudos ou normas técnicas.

Vantagens

a. Transparência elevada: os critérios de qualidade são objetivos e verificáveis, reduzindo subjetividade na análise das propostas.

b. Segurança técnica e jurídica: assegura que apenas produtos com conformidade comprovada sejam contratados, diminuindo riscos de questionamento posterior.

c. Padronização de qualidade: contribui para a uniformidade dos produtos fornecidos, evitando discrepâncias entre lotes.

Desvantagens:

d. Maior custo administrativo: a verificação e análise dos laudos ou certificações demandam tempo e conhecimento técnico especializado, o que pode aumentar o trabalho da equipe de planejamento.

e. Celeridade reduzida: o processo tende a ser mais moroso, pois exige análise documental mais minuciosa.

f. Possível limitação da competitividade: fornecedores menores podem ter dificuldade em apresentar certificações, o que pode

CCGDIN202503709

Assinado com senha por [CCG11015] [SENHA] FLAVIANO CÔRTES DE SOUSA e [CCG10954] [SENHA] IRIS RODRIGUES DANTAS CAVALCANTI em 24/11/2025 - 17:37hs.
Documento Nº: 9495640-7247 - consulta à autenticidade em https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9495640-7247

PBdoc

reduzir o número de participantes.

6.2.2. Exigência de certificações, laudos ou normas técnicas.

Vantagens:

a. Transparência elevada: os critérios de qualidade são objetivos e verificáveis, reduzindo subjetividade na análise das propostas.

b. Segurança técnica e jurídica: assegura que apenas produtos com conformidade comprovada sejam contratados, diminuindo riscos de questionamento posterior.

c. Padronização de qualidade: contribui para a uniformidade dos produtos fornecidos, evitando discrepâncias entre lotes.

Desvantagens:

d. Maior custo administrativo: a verificação e análise dos laudos ou certificações demandam tempo e conhecimento técnico especializado, o que pode aumentar o trabalho da equipe de planejamento.

e. Celeridade reduzida: o processo tende a ser mais moroso, pois exige análise documental mais minuciosa.

f. Possível limitação da competitividade: fornecedores menores podem ter dificuldade em apresentar certificações, o que pode reduzir o número de participantes.

6.2.3. Indicação de marca de referência acompanhada de "ou de melhor qualidade".

Vantagens:

a. Celeridade administrativa: simplifica o processo de especificação técnica, pois as marcas de referência já representam um padrão de qualidade conhecido.

b. Baixo custo administrativo: reduz a necessidade de análises laboratoriais ou certificações, uma vez que a marca funciona como referência prática.

CCGDIN202503709

Assinado com senha por [CCG11015] [SENHA] FLAVIANO CÔRTES DE SOUSA e [CCG10954] [SENHA] IRIS RODRIGUES DANTAS CAVALCANTI em 24/11/2025 - 17:37hs.
Documento Nº: 9495640-7247 - consulta à autenticidade em https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9495640-7247

PBdoc

c. Transparência e previsibilidade: os parâmetros de comparação são claros para o mercado, permitindo que os fornecedores compreendam o nível de qualidade esperado.

d. Maior aderência à necessidade real: garante que os produtos efetivamente atendam ao uso pretendido pelos usuários finais.

Desvantagens:

e. Risco de questionamento se mal fundamentada: a ausência de justificativa técnica no ETP pode ser interpretada como restrição indevida à competitividade.

Dependência de avaliação subjetiva: a equivalência de produtos "similares" pode gerar dúvidas se não houver critérios técnicos objetivos de comparação.

6.2.4. Testes de aceitação e prova de qualidade

Vantagens:

a. Alta confiabilidade na qualidade: permite comprovar de forma empírica se o produto atende às expectativas de desempenho e aceitação.

b. Transparência técnica: os resultados são observáveis e mensuráveis, reforçando a imparcialidade da avaliação.

c. Aumenta a eficiência do gasto público: reduz o risco de aquisição de produtos inadequados e consequente desperdício.

Desvantagens:

d. Menor celeridade: a análise das amostras demanda etapas adicionais no processo (entrega, teste, avaliação), prolongando o prazo da licitação.

e. Custo administrativo maior: requer infraestrutura, equipe avaliadora e registro formal do teste.

Risco de subjetividade: caso os critérios de aceitação não sejam claramente definidos, pode haver divergências na avaliação.

6.2.5. Definição de parâmetros mínimos técnicos claros e mensuráveis.

CCGDIN202503709

Assinado com senha por [CCG11015] [SENHA] FLAVIANO CÔRTES DE SOUSA e [CCG10954] [SENHA] IRIS RODRIGUES DANTAS CAVALCANTI em 24/11/2025 - 17:37hs.
Documento Nº: 9495640-7247 - consulta à autenticidade em https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9495640-7247

PBdoc

Vantagens:

a. Alta transparência e segurança jurídica: os parâmetros técnicos são claros, objetivos e auditáveis, favorecendo igualdade entre licitantes.

b. Celeridade moderada: uma vez definidos os parâmetros, a análise das propostas é mais rápida, pois se baseia em critérios objetivos.

c. Baixo custo administrativo a longo prazo: após a padronização, os mesmos parâmetros podem ser reutilizados em futuras contratações, otimizando o planejamento.

d. Ampla competitividade: não há limitação de marcas, permitindo participação de mais fornecedores.

Desvantagens:

e. Maior esforço inicial: a elaboração de especificações técnicas detalhadas requer trabalho prévio intenso e, por vezes, apoio técnico especializado (nutricionista, engenheiro de alimentos etc.).

Risco de interpretação divergente: caso as especificações sejam genéricas ou imprecisas, podem gerar discussões sobre o que se enquadra nos requisitos.

6.3. JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA ESCOLHIDA

Após a análise das alternativas disponíveis no mercado e considerando os princípios da Lei nº 14.133/2021 especialmente os da eficiência, economicidade, transparência e busca da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, concluiu-se que a adoção conjunta das soluções indicação de marca de referência comprovada pela empresa interessada constitui a melhor estratégia para atender à necessidade da contratação de **Gêneros Alimentícios (Mercearia)** destinados à Residência Oficial do Governador do Estado da Paraíba.

A indicação de marca de referência, acompanhada da expressão “ou de melhor qualidade”, possibilita que a Administração estabeleça um padrão mínimo de qualidade, desempenho e aceitabilidade, sem restringir a competitividade entre fornecedores. Tal prática é amparada pelo

CCGDIN202503709

Assinado com senha por [CCG11015] [SENHA] FLAVIANO CÔRTES DE SOUSA e [CCG10954] [SENHA] IRIS RODRIGUES DANTAS CAVALCANTI em 24/11/2025 - 17:37hs.
Documento Nº: 9495640-7247 - consulta à autenticidade em https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9495640-7247

PBdoc

art. 41 da Lei nº 14.133/2021, que admite a indicação de marca como parâmetro técnico, desde que utilizada apenas como referência de qualidade. Essa medida promove celeridade no processo licitatório e segurança na escolha dos produtos, evitando aquisições de itens que, embora mais baratos, não atendam às condições de uso e satisfação dos usuários finais.

Complementarmente, a exigência de qualidade comprovada pela empresa interessada confere maior robustez técnica ao procedimento, permitindo que o licitante demonstre, de forma objetiva e documentada, a equivalência ou superioridade de qualidade de seu produto em relação à marca de referência indicada. Essa comprovação pode se dar por meio de laudos técnicos, certificações de qualidade, relatórios de ensaio, atestados de desempenho ou outros documentos oficiais emitidos por órgãos competentes ou laboratórios acreditados. Dessa forma, garante-se que o produto ofertado realmente atende ao padrão exigido, sem necessidade de apresentação física de amostras, o que reduz custos e simplifica a logística do processo.

A adoção conjunta dessas soluções assegura o equilíbrio entre celeridade, rigor técnico e transparência, resultando em um processo licitatório mais assertivo e eficiente. Garante-se, assim, que os gêneros alimentícios adquiridos sejam de qualidade comprovada, evitando o fornecimento de produtos de baixa aceitabilidade e o consequente desperdício de recursos públicos.

Portanto, a combinação da indicação de marca de referência com a comprovação qualitativa documentalmente comprovada pela empresa interessada configura-se como a solução mais vantajosa e juridicamente adequada, alinhada às finalidades institucionais da Casa Civil do Governador da Paraíba e ao interesse público, assegurando a eficiência, a padronização e a qualidade dos produtos a serem fornecidos.

7. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO (Decreto n° 46.187/2025 – ART. 10°, VII)

A fim de atendermos às exigências dos órgãos controladores de contas públicas e à legislação pátria (artigos 9º, § 1º, a, 40, IV, b e 40, § 2º, todos da Lei 14.133/2021), elencamos abaixo justificativas pelas quais a Secretaria de Estado do Governo – SEG solicitou que o pregão para registro de preço fosse feito por lote de itens.

Incialmente ressaltamos que a aquisição de gênero alimentício compõe necessidade diária e atividade institucional contínua da Casa Civil

CCGDIN202503709

Assinado com senha por [CCG11015] [SENHA] FLAVIANO CÔRTES DE SOUSA e [CCG10954] [SENHA] IRIS RODRIGUES DANTAS CAVALCANTI em 24/11/2025 - 17:37hs.
Documento Nº: 9495640-7247 - consulta à autenticidade em https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9495640-7247

PBdoc

do Governador, dada, especialmente, em virtude da competência de prestar assistência direta ao Chefe do Poder Executivo Estadual, garantindo a manutenção e o abastecimento também no que concerne a gêneros alimentícios da Residência Oficial do Governador.

Assim, partindo da premissa de que o Lote se comporta numa licitação como se item fosse, realizamos estudo histórico objetivando averiguar a taxa de fracasso em licitações por lote e por item e, de igual modo analisamos o custo processual envolvido no trâmite. Vejamos:

Ordem	Proc. Licitatório	Tempo de Processo (Dias)	Adjudicação	N° de Lotes/Itens		Taxa de Fracasso Média	Tempo de Processamento Médio (Dias)
				Abertura	Fracassado		
1.	19.000.006079.2019	164	**Lote**	8	1	21,42	210
2.	19.000.037854.2019	189	**Lote**	1	1		
3.	19.000.004721.2020	179	**Lote**	8	1		
4.	19.000.027902.2020	190	**Lote**	1	1		
5.	19.000.000093.2023	164	**Lote**	4	0		
6.	19.000.000174.2023	178	**Lote**	1	1		
7.	19.000.000007.2024	325	**Lote**	1	1		
8.	19.000.000059.2024	210	**Lote**	1	0		
9.	19.000.000061.2024	210	**Lote**	1	0		
10.	19.000.000058.2024	238	**Lote**	1	0		
11.	09.000.000009.2024	271	**Lote**	1	0		
12.	19.000.009428.2021	293	Item	210	202	58,68	328
13.	19.000.009423.2021	660	Item	97	3		
14.	19.000.017964.2022	291	Item	19	0		
15.	19.000.000034.2023	162	Item	07	01		
16.	19.000.000076.2023	234	Item	18	0		

A análise da tabela acima nos permite observar que nos anos de 2019 e 2024, a Casa Civil do Governador protocolou na Secretaria de Administração 16 (dezesseis) licitações. Dessas, totalizando 28 lotes, que resultou no sucesso de 22 (vinte e dois) lotes. Relativamente ao tempo médio para o processamento de licitações por lote, identificamos que o prazo foi de 210 dias nos 16 (dezesseis) procedimentos. A taxa média de fracasso foi de 21,42%, pois, dos 22(vinte de dois) lotes iniciados, 06 (seis) foram fracassados/desertos.

A partir de 2021 procedeu-se com licitações por item e obteve-se taxa média de fracasso de 58,68%, mostrando-se mais elevada da que se

CCGDIN202503709

Assinado com senha por [CCG11015] [SENHA] FLAVIANO CÔRTES DE SOUSA e [CCG10954] [SENHA] IRIS RODRIGUES DANTAS CAVALCANTI em 24/11/2025 - 17:37hs.
Documento Nº: 9495640-7247 - consulta à autenticidade em https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9495640-7247

PBdoc

constatou nas licitações por lote. Ressaltemos ainda o aumento no tempo médio de processamento que passou para de 328 (trezentos e vinte e oito) dias – 1,56 vezes maior que o tempo de processamento de licitações por lote.

Outro ponto que deve ser levado em consideração – eis que é de suma importância para a CCG – é o fato de que o custo administrativo é muito maior quando a Ata de Registro de Preço é figurada com diversos fornecedores registrados (a partir da licitação por item). Isso porque o número de processos para consecução de quaisquer itens demandará da Casa Civil do Governador o protocolo de diversos e diferentes processos junto a Secretaria de Administração, pois se tratará de diversas utilizações de Ata ao longo de sua vigência, restando, inclusive, em diversas reservas orçamentárias, empenhos e liquidações.

Além do custo administrativo aplicado, é de suma importância observar que o conjunto de itens que compõe cada lote forma uma cesta de produtos que são inter-relacionados. Assim, sustentamos que ao optarmos em licitar por lote, teremos acesso a uma contratação que nos possibilitará a atendimento em conformidade com as necessidades da CCG, garantindo os itens necessários para o preparo completo de alimentos/refeições. Do contrário, a ausência de itens que compõe o lote resultaria na inutilização da Ata de Registro de Preço por não atender à necessidade na elaboração de refeições – foi exatamente o que ocorrera quando da Ata originada pelo processo n° 19.000.009428.2021, cujo Registro não foi utilizado por esta Secretaria, eis que foram 210 (duzentos e dez) itens e somente 08 foram homologados.

Certo de ter atendido às exigências desta Central de Compras, e acreditando que esta foi à forma de solicitação que melhor atende às necessidades dessa Secretaria, obedecendo ao Princípio da economicidade e eficiência dos gastos públicos, desde já antecipo meus votos de estima.

8. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO (Decreto n° 46.187/2025 – ART. 10°, XIII)

Após a análise técnica e administrativa realizada no presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se pela plena viabilidade da contratação de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (MERCEARIA)** destinados à Residência Oficial do Governador do Estado da Paraíba, considerando que a solução proposta atende de forma adequada, eficiente e proporcional à necessidade identificada, garantindo o regular funcionamento das atividades institucionais

CCGDIN202503709

Assinado com senha por [CCG11015] [SENHA] FLAVIANO CÔRTES DE SOUSA e [CCG10954] [SENHA] IRIS RODRIGUES DANTAS CAVALCANTI em 24/11/2025 - 17:37hs.
Documento Nº: 9495640-7247 - consulta à autenticidade em https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9495640-7247

PBdoc

sob responsabilidade da Casa Civil do Governador.

A indicação de marcas de referência, acompanhada da expressão “ou de melhor qualidade”, deve ser adotada como parâmetro técnico de padronização e desempenho, com fundamento no art. 42 da Lei nº 14.133⁄2021. Tal medida não restringe a competitividade, uma vez que as marcas têm caráter meramente referencial, servindo apenas para assegurar que os produtos a serem adquiridos mantenham o padrão mínimo de qualidade e aceitabilidade exigido pelos usuários e comprovadamente necessário ao atendimento do interesse público. Essa prática corrige deficiências observadas em contratações anteriores, nas quais produtos de marcas pouco usuais apresentaram baixa aceitação e geraram desperdícios, comprometendo a eficiência do gasto público.

Adicionalmente, a exigência de prova de qualidade pela empresa interessada constitui instrumento técnico de verificação da equivalência de qualidade entre os produtos ofertados e as marcas de referência indicadas, permitindo que o fornecedor demonstre documentalmente — por meio de laudos, certificações, relatórios de ensaio ou atestados de desempenho emitidos por entidades competentes — que o produto proposto apresenta padrão igual ou superior de qualidade. Essa exigência assegura transparência, objetividade e confiabilidade no processo de avaliação, sem demandar etapas operacionais complexas ou custos adicionais significativos à Administração.

Com a combinação desses dois mecanismos — marca de referência e prova de qualidade — a solução proposta revela-se tecnicamente adequada, economicamente eficiente e juridicamente segura, atendendo aos princípios do planejamento, eficiência, isonomia, seleção da proposta mais vantajosa e julgamento objetivo previstos na Lei nº 14.133⁄2021.

Portanto, conclui-se que a contratação é viável, oportuna e necessária, devendo ser conduzida mediante processo licitatório estruturado conforme os parâmetros aqui definidos, de modo a garantir o fornecimento contínuo, padronizado e de qualidade dos gêneros alimentícios, assegurando o atendimento integral ao interesse público e às finalidades institucionais da Casa Civil do Governador da Paraíba.

9. OUTROS (Decreto n° 46.187⁄2025 – ART. 10°, §1°)

O Decreto n° 46.187⁄2025 que dispõe da fase preparatória das licitações e contratações, indica no §1° do art. 10 quais itens são obrigatórios

CCGDIN202503709

Assinado com senha por [CCG11015] [SENHA] FLAVIANO CÔRTES DE SOUSA e [CCG10954] [SENHA] IRIS RODRIGUES DANTAS CAVALCANTI em 24/11/2025 - 17:37hs.
Documento Nº: 9495640-7247 - consulta à autenticidade em https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9495640-7247

PBdoc

na elaboração do Estudo Técnico Preliminar sob condição de indicar justificativas devidas para tal seleção.

Ressalta-se que os incisos II, VIII, IX, X e XI foram dispensados ao observar, sobretudo a natureza do objeto. **Gênero Alimentício (Mercearia)** trata-se um objeto de baixa complexidade cujo órgão possui vasta expertise no seu manuseio. Há estrutura para estocagem, cozimento e pessoal especializado no manuseio destes itens. Assim, não requer estudo com maior detalhamento para contratação.

Criado em: 22/09/2025

Modificado em: 24/11/2025

Elaborado por:

_____

FLAVIANO CÔRTES DE SOUSA
Técnico Administrativo
Mat. 177.170-1

Referendado por:

_____

IRIS RODRIGUES DANTAS CAVALCANTI
Secretária Executiva Chefe da Casa Civil do Governador
Matrícula 169.003-5

CCGDIN202503709

Assinado com senha por [CCG11015] [SENHA] FLAVIANO CÔRTES DE SOUSA e [CCG10954] [SENHA] IRIS RODRIGUES DANTAS CAVALCANTI em 24/11/2025 - 17:37hs.
Documento Nº: 9495640-7247 - consulta à autenticidade em https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9495640-7247

PBdoc

RELAÇÃO DE ITENS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026-000 SRP

1 - Itens da Licitação

1 - Peixe Em Conserva

Descrição Detalhada: Peixe Em Conserva Variedade: Atum, Apresentação: Ralado, Meio De Cobertura: Com Óleo Comestível
Tratamento Diferenciado: Não
Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não
Quantidade Total: 408 **Quantidade Mínima Cotada:** 408
Critério de Julgamento: Menor Preço **Critério de Valor:** Valor Estimado
Valor Unitário (R$): 9,16
Unidade de Fornecimento: Embalagem 170,00 G **Quantidade Máxima para Adesões:** 816
Intervalo Mínimo entre Lances (R$): 0,01
Local de Entrega (Quantidade): João Pessoa/PB (408)
Grupo: G1

2 - Azeite

Descrição Detalhada: Azeite Espécie Vegetal: De Oliva, Tipo: Puro, Teor Da Acidez: Extravirgem - Menor Que 0,8%, Ingredientes Adicionais: Com Especiarias
Tratamento Diferenciado: Não
Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não
Quantidade Total: 200 **Quantidade Mínima Cotada:** 200
Critério de Julgamento: Menor Preço **Critério de Valor:** Valor Estimado
Valor Unitário (R$): 119,09
Unidade de Fornecimento: Embalagem 350,00 ML **Quantidade Máxima para Adesões:** 400
Intervalo Mínimo entre Lances (R$): 0,01
Local de Entrega (Quantidade): João Pessoa/PB (200)
Grupo: G1

3 - Azeite

Descrição Detalhada: Azeite Espécie Vegetal: De Oliva, Tipo: Puro, Teor Da Acidez: Extravirgem - Menor Que 0,8%, Ingredientes Adicionais: Com Especiarias
Tratamento Diferenciado: Não
Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não
Quantidade Total: 456 **Quantidade Mínima Cotada:** 456
Critério de Julgamento: Menor Preço **Critério de Valor:** Valor Estimado
Valor Unitário (R$): 35,96
Unidade de Fornecimento: Embalagem 500,00 ML **Quantidade Máxima para Adesões:** 912
Intervalo Mínimo entre Lances (R$): 0,01
Local de Entrega (Quantidade): João Pessoa/PB (456)
Grupo: G1

4 - Biscoito

Descrição Detalhada: Biscoito Sabor: Doce, Tipo: Rosquinha, Características Adicionais: Com Glacê
Tratamento Diferenciado: Não
Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não
Quantidade Total: 720 **Quantidade Mínima Cotada:** 720
Critério de Julgamento: Menor Preço **Critério de Valor:** Valor Estimado
Valor Unitário (R$): 2,52
Unidade de Fornecimento: Pacote 144,00 G **Quantidade Máxima para Adesões:** 1440
Intervalo Mínimo entre Lances (R$): 0,01
Local de Entrega (Quantidade): João Pessoa/PB (720)
Grupo: G1

5 - Doce Não Confeitado

Descrição Detalhada: Doce Não Confeitado Tipo: Massa, Sabor: Banana

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 36 **Quantidade Mínima Cotada:** 36

Critério de Julgamento: Menor Preço **Critério de Valor:** Valor Estimado

Valor Unitário (R$): 54,12

Unidade de Fornecimento: Embalagem 30,00 G **Quantidade Máxima para Adesões:** 72

Intervalo Mínimo entre Lances (R$): 0,01

Local de Entrega (Quantidade): João Pessoa/PB (36)

Grupo: G1

6 - Farinha arroz

Descrição Detalhada: Farinha Arroz Ingrediente: Arroz, Características Adicionais: Massa Alimentícia, Tipo: Seca, Cor: Branca

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 120 **Quantidade Mínima Cotada:** 120

Critério de Julgamento: Menor Preço **Critério de Valor:** Valor Estimado

Valor Unitário (R$): 6,32

Unidade de Fornecimento: Embalagem 500,00 G **Quantidade Máxima para Adesões:** 240

Intervalo Mínimo entre Lances (R$): 0,01

Local de Entrega (Quantidade): João Pessoa/PB (120)

Grupo: G1

7 - Farinha De Rosca

Descrição Detalhada: Farinha De Rosca Base: De Pão Seco, Apresentação: Flocado

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 301 **Quantidade Mínima Cotada:** 301

Critério de Julgamento: Menor Preço **Critério de Valor:** Valor Estimado

Valor Unitário (R$): 6,10

Unidade de Fornecimento: Embalagem 500,00 G **Quantidade Máxima para Adesões:** 602

Intervalo Mínimo entre Lances (R$): 0,01

Local de Entrega (Quantidade): João Pessoa/PB (301)

Grupo: G1

8 - Farinha de trigo

Descrição Detalhada: Farinha De Trigo Grupo: Doméstico, Tipo: Sarraceno, Característica Adicional: Orgânica

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 120 **Quantidade Mínima Cotada:** 120

Critério de Julgamento: Menor Preço **Critério de Valor:** Valor Estimado

Valor Unitário (R$): 13,06

Unidade de Fornecimento: Grama **Quantidade Máxima para Adesões:** 240

Intervalo Mínimo entre Lances (R$): 0,01

Local de Entrega (Quantidade): João Pessoa/PB (120)

Grupo: G1

9 - Farinha de trigo

Descrição Detalhada: Farinha De Trigo Grupo: Industrial, Tipo: Tipo 1, Especial, Ingrediente Adicional: Sem Fermento

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 211 **Quantidade Mínima Cotada:** 211

Critério de Julgamento: Menor Preço **Critério de Valor:** Valor Estimado

Valor Unitário (R$): 22,01

Unidade de Fornecimento: Quilograma **Quantidade Máxima para Adesões:** 422

Intervalo Mínimo entre Lances (R$): 0,01

Local de Entrega (Quantidade): João Pessoa/PB (211)

Grupo: G1

10 - Fermento

Descrição Detalhada: Fermento Tipo: Biológico Seco, Apresentação: Pó, Composição: Saccharomyces Cerevisiae

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 108 **Quantidade Mínima Cotada:** 108

Critério de Julgamento: Menor Preço **Critério de Valor:** Valor Estimado

Valor Unitário (R$): 10,98

Unidade de Fornecimento: Embalagem 500,00 G **Quantidade Máxima para Adesões:** 216

Intervalo Mínimo entre Lances (R$): 0,01

Local de Entrega (Quantidade): João Pessoa/PB (108)

Grupo: G1

11 - Doce Não Confeitado

Descrição Detalhada: Doce Não Confeitado Tipo: Em Calda, Sabor: Figo

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 120 **Quantidade Mínima Cotada:** 120

Critério de Julgamento: Menor Preço **Critério de Valor:** Valor Estimado

Valor Unitário (R$): 15,93

Unidade de Fornecimento: Embalagem 400,00 G **Quantidade Máxima para Adesões:** 240

Intervalo Mínimo entre Lances (R$): 0,01

Local de Entrega (Quantidade): João Pessoa/PB (120)

Grupo: G1

12 - Geléia

Descrição Detalhada: Geléia Tipo: Frutas, Sabor: Variado, Característica Adicional: Sem Corantes Ou Conservantes

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 120 **Quantidade Mínima Cotada:** 120

Critério de Julgamento: Menor Preço **Critério de Valor:** Valor Estimado

Valor Unitário (R$): 18,99

Unidade de Fornecimento: Embalagem 230,00 G **Quantidade Máxima para Adesões:** 240

Intervalo Mínimo entre Lances (R$): 0,01

Local de Entrega (Quantidade): João Pessoa/PB (120)

Grupo: G1

13 - Geléia

Descrição Detalhada: Geléia Tipo: Frutas, Sabor: Variado, Característica Adicional: Sem Corantes Ou Conservantes

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 120 **Quantidade Mínima Cotada:** 120

Critério de Julgamento: Menor Preço **Critério de Valor:** Valor Estimado

Valor Unitário (R$): 20,70

Unidade de Fornecimento: Embalagem 230,00 G **Quantidade Máxima para Adesões:** 240

Intervalo Mínimo entre Lances (R$): 0,01

Local de Entrega (Quantidade): João Pessoa/PB (120)

Grupo: G1

14 - Geléia

Descrição Detalhada: Geléia Tipo: Frutas, Sabor: Variado, Característica Adicional: Sem Corantes Ou Conservantes

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 120 **Quantidade Mínima Cotada:** 120

Critério de Julgamento: Menor Preço **Critério de Valor:** Valor Estimado

Valor Unitário (R$): 19,32

Unidade de Fornecimento: Embalagem 230,00 G **Quantidade Máxima para Adesões:** 240

Intervalo Mínimo entre Lances (R$): 0,01

Local de Entrega (Quantidade): João Pessoa/PB (120)

Grupo: G1

15 - Geléia

Descrição Detalhada: Geléia Tipo: Frutas, Sabor: Variado, Característica Adicional: Sem Corantes Ou Conservantes

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 120 **Quantidade Mínima Cotada:** 120

Critério de Julgamento: Menor Preço **Critério de Valor:** Valor Estimado

Valor Unitário (R$): 17,13

Unidade de Fornecimento: Embalagem 230,00 G **Quantidade Máxima para Adesões:** 240

Intervalo Mínimo entre Lances (R$): 0,01

Local de Entrega (Quantidade): João Pessoa/PB (120)

Grupo: G1

16 - Macarrão

Descrição Detalhada: Macarrão Teor De Umidade: Massa Pré-Cozida, Base Da Massa: De Farinha De Trigo, Ingredientes Adicionais: Com Ovos, Tipo: Fresca, Apresentação: Espaguete

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 120 **Quantidade Mínima Cotada:** 120

Critério de Julgamento: Menor Preço **Critério de Valor:** Valor Estimado

Valor Unitário (R$): 6,74

Unidade de Fornecimento: Embalagem 500,00 G **Quantidade Máxima para Adesões:** 240

Intervalo Mínimo entre Lances (R$): 0,01

Local de Entrega (Quantidade): João Pessoa/PB (120)

Grupo: G1

17 - Molho De Mesa

Descrição Detalhada: Molho De Mesa Tipo: Maionese, Composição: Isento De Lipídeos, Apresentação: Creme

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 273 **Quantidade Mínima Cotada:** 273

Critério de Julgamento: Menor Preço **Critério de Valor:** Valor Estimado

Valor Unitário (R$): 13,99

Unidade de Fornecimento: Embalagem 500,00 G **Quantidade Máxima para Adesões:** 546

Intervalo Mínimo entre Lances (R$): 0,01

Local de Entrega (Quantidade): João Pessoa/PB (273)

Grupo: G1

18 - Molho De Mesa

Descrição Detalhada: Molho De Mesa Tipo: Maionese, Composição: Isento De Lipídeos, Apresentação: Creme

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 593 **Quantidade Mínima Cotada:** 593

Critério de Julgamento: Menor Preço **Critério de Valor:** Valor Estimado

Valor Unitário (R$): 14,15

Unidade de Fornecimento: Embalagem 500,00 G **Quantidade Máxima para Adesões:** 1186

Intervalo Mínimo entre Lances (R$): 0,01

Local de Entrega (Quantidade): João Pessoa/PB (593)

Grupo: G1

19 - Manteiga

Descrição Detalhada: Manteiga Tipo: Vegetal, Composição: Banana Verde Orgânica, Batata Doce, Azeite De Oliv, Tipo Restrição: Sem Lactose, Glúten, Soja, Conservante

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 278 **Quantidade Mínima Cotada:** 278

Critério de Julgamento: Menor Preço **Critério de Valor:** Valor Estimado

Valor Unitário (R$): 64,97

Unidade de Fornecimento: Embalagem 500,00 G **Quantidade Máxima para Adesões:** 556

Intervalo Mínimo entre Lances (R$): 0,01

Local de Entrega (Quantidade): João Pessoa/PB (278)

Grupo: G1

20 - Massa Alimentícia

Descrição Detalhada: Massa Alimentícia Tipo: Folhada, Base Da Massa: Farinha De Trigo Refinada, Margarina E Sal, Apresentação: Congelada, Formato: Semilaminada

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 501 **Quantidade Mínima Cotada:** 501

Critério de Julgamento: Menor Preço **Critério de Valor:** Valor Estimado

Valor Unitário (R$): 11,56

Unidade de Fornecimento: Unidade **Quantidade Máxima para Adesões:** 1002

Intervalo Mínimo entre Lances (R$): 0,01

Local de Entrega (Quantidade): João Pessoa/PB (501)

Grupo: G1

21 - Massa Alimentícia

Descrição Detalhada: Massa Alimentícia Tipo: Para Pizza, Base Da Massa: Farinha De Trigo Refinada, Apresentação: Pré-Assada/Resfriada, Tamanho: Brotinho

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 290 **Quantidade Mínima Cotada:** 290

Critério de Julgamento: Menor Preço **Critério de Valor:** Valor Estimado

Valor Unitário (R$): 17,70

Unidade de Fornecimento: Unidade **Quantidade Máxima para Adesões:** 580

Intervalo Mínimo entre Lances (R$): 0,01

Local de Entrega (Quantidade): João Pessoa/PB (290)

Grupo: G1

22 - Massa Alimentícia

Descrição Detalhada: Massa Alimentícia Tipo: Para Pizza, Base Da Massa: Farinha De Trigo Refinada, Apresentação: Pré-Assada/Resfriada, Tamanho: Brotinho

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 337 **Quantidade Mínima Cotada:** 337

Critério de Julgamento: Menor Preço **Critério de Valor:** Valor Estimado

Valor Unitário (R$): 10,60

Unidade de Fornecimento: Unidade **Quantidade Máxima para Adesões:** 674

Intervalo Mínimo entre Lances (R$): 0,01

Local de Entrega (Quantidade): João Pessoa/PB (337)

Grupo: G1

23 - Massa Alimentícia

Descrição Detalhada: Massa Alimentícia Tipo: Para Pizza, Base Da Massa: Farinha De Trigo Refinada, Apresentação: Pré-Assada/Resfriada, Tamanho: Brotinho

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 237 **Quantidade Mínima Cotada:** 237

Critério de Julgamento: Menor Preço **Critério de Valor:** Valor Estimado

Valor Unitário (R$): 6,94

Unidade de Fornecimento: Unidade **Quantidade Máxima para Adesões:** 474

Intervalo Mínimo entre Lances (R$): 0,01

Local de Entrega (Quantidade): João Pessoa/PB (237)

Grupo: G1

24 - Massa Alimentícia

Descrição Detalhada: Massa Alimentícia Tipo: Para Lasanha, Base Da Massa: Farinha De Trigo Refinada, Apresentação: Fresca/Resfriada, Formato: Laminada

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 120 **Quantidade Mínima Cotada:** 120

Critério de Julgamento: Menor Preço **Critério de Valor:** Valor Estimado

Valor Unitário (R$): 21,75

Unidade de Fornecimento: Unidade **Quantidade Máxima para Adesões:** 240

Intervalo Mínimo entre Lances (R$): 0,01

Local de Entrega (Quantidade): João Pessoa/PB (120)

Grupo: G1

25 - Massa Alimentícia

Descrição Detalhada: Massa Alimentícia Tipo: Para Pastel, Base Da Massa: Farinha De Trigo Refinada, Apresentação: Fresca/Resfriada, Formato: Em Rolo

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 60 **Quantidade Mínima Cotada:** 60

Critério de Julgamento: Menor Preço **Critério de Valor:** Valor Estimado

Valor Unitário (R$): 11,82

Unidade de Fornecimento: Unidade **Quantidade Máxima para Adesões:** 120

Intervalo Mínimo entre Lances (R$): 0,01

Local de Entrega (Quantidade): João Pessoa/PB (60)

Grupo: G1

26 - Legume em conserva

Descrição Detalhada: Legume Em Conserva Tipo: Cebola

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 120 **Quantidade Mínima Cotada:** 120

Critério de Julgamento: Menor Preço **Critério de Valor:** Valor Estimado

Valor Unitário (R$): 15,55

Unidade de Fornecimento: Embalagem 200,00 G **Quantidade Máxima para Adesões:** 240

Intervalo Mínimo entre Lances (R$): 0,01

Local de Entrega (Quantidade): João Pessoa/PB (120)

Grupo: G1

27 - Legume em conserva

Descrição Detalhada: Legume Em Conserva Tipo: Milho Verde, Adicional: À Vácuo

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 120 **Quantidade Mínima Cotada:** 120

Critério de Julgamento: Menor Preço **Critério de Valor:** Valor Estimado

Valor Unitário (R$): 21,21

Unidade de Fornecimento: Embalagem 200,00 G **Quantidade Máxima para Adesões:** 240

Intervalo Mínimo entre Lances (R$): 0,01

Local de Entrega (Quantidade): João Pessoa/PB (120)

Grupo: G1

28 - Molho de mesa

Descrição Detalhada: Molho De Mesa Tipo: Barbecue, Composição: Tradicional, Apresentação: Líquido

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 120 **Quantidade Mínima Cotada:** 120

Critério de Julgamento: Menor Preço **Critério de Valor:** Valor Estimado

Valor Unitário (R$): 26,13

Unidade de Fornecimento: Embalagem 400,00 G **Quantidade Máxima para Adesões:** 240

Intervalo Mínimo entre Lances (R$): 0,01

Local de Entrega (Quantidade): João Pessoa/PB (120)

Grupo: G1

29 - Massa De Tomate

Descrição Detalhada: Massa De Tomate Tipo: Molho Pronto, Composição: Polpa De Tomate, Sal, Temperos Naturais, Apresentação: Líquido

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 864 **Quantidade Mínima Cotada:** 864

Critério de Julgamento: Menor Preço **Critério de Valor:** Valor Estimado

Valor Unitário (R$): 1,47

Unidade de Fornecimento: Embalagem 400,00 G **Quantidade Máxima para Adesões:** 1728

Intervalo Mínimo entre Lances (R$): 0,01

Local de Entrega (Quantidade): João Pessoa/PB (864)

Grupo: G1

30 - Óleo vegetal

Descrição Detalhada: Óleo Vegetal Composição: Óleo De Amendoim, Origem: Extraído De Arachis Hypogaea L., Aspecto Físico*: Líquido Límpido, Viscoso, Incolor A Amarelado, Número De Referência Química: Cas 8002-03-7

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 1104 **Quantidade Mínima Cotada:** 1104

Critério de Julgamento: Menor Preço **Critério de Valor:** Valor Estimado

Valor Unitário (R$): 17,98

Unidade de Fornecimento: Litro **Quantidade Máxima para Adesões:** 2208

Intervalo Mínimo entre Lances (R$): 0,01

Local de Entrega (Quantidade): João Pessoa/PB (1104)

Grupo: G1

31 - Óleo vegetal

Descrição Detalhada: Óleo Vegetal Composição: Óleo De Amendoim, Origem: Extraído De Arachis Hypogaea L., Aspecto Físico*: Líquido Límpido, Viscoso, Incolor A Amarelado, Número De Referência Química: Cas 8002-03-7

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 714 **Quantidade Mínima Cotada:** 714

Critério de Julgamento: Menor Preço **Critério de Valor:** Valor Estimado

Valor Unitário (R$): 10,39

Unidade de Fornecimento: Mililitro **Quantidade Máxima para Adesões:** 1428

Intervalo Mínimo entre Lances (R$): 0,01

Local de Entrega (Quantidade): João Pessoa/PB (714)

Grupo: G1

32 - Óleo vegetal

Descrição Detalhada: Óleo Vegetal Composição: Óleo De Amendoim, Origem: Extraído De Arachis Hypogaea L., Aspecto Físico*: Líquido Límpido, Viscoso, Incolor A Amarelado, Número De Referência Química: Cas 8002-03-7

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 756 **Quantidade Mínima Cotada:** 756

Critério de Julgamento: Menor Preço **Critério de Valor:** Valor Estimado

Valor Unitário (R$): 6,65

Unidade de Fornecimento: Mililitro **Quantidade Máxima para Adesões:** 1512

Intervalo Mínimo entre Lances (R$): 0,01

Local de Entrega (Quantidade): João Pessoa/PB (756)

Grupo: G1

33 - Legume Em Conserva

Descrição Detalhada: Legume Em Conserva Tipo: Palmito, Apresentação: Inteiro

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 76 **Quantidade Mínima Cotada:** 76

Critério de Julgamento: Menor Preço **Critério de Valor:** Valor Estimado

Valor Unitário (R$): 16,49

Unidade de Fornecimento: Embalagem 300,00 G **Quantidade Máxima para Adesões:** 152

Intervalo Mínimo entre Lances (R$): 0,01

Local de Entrega (Quantidade): João Pessoa/PB (76)

Grupo: G1

34 - Peixe Em Conserva

Descrição Detalhada: Peixe Em Conserva Variedade: Atum, Apresentação: Ralado, Meio De Cobertura: Com Óleo Comestível

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 120 **Quantidade Mínima Cotada:** 120

Critério de Julgamento: Menor Preço **Critério de Valor:** Valor Estimado

Valor Unitário (R$): 10,22

Unidade de Fornecimento: Embalagem 170,00 G **Quantidade Máxima para Adesões:** 240

Intervalo Mínimo entre Lances (R$): 0,01

Local de Entrega (Quantidade): João Pessoa/PB (120)

Grupo: G1

35 - Legume Em Conserva

Descrição Detalhada: Legume Em Conserva Tipo: Pepino, Apresentação: Inteiro

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 120 **Quantidade Mínima Cotada:** 120

Critério de Julgamento: Menor Preço **Critério de Valor:** Valor Estimado

Valor Unitário (R$): 12,43

Unidade de Fornecimento: Embalagem 300,00 G **Quantidade Máxima para Adesões:** 240

Intervalo Mínimo entre Lances (R$): 0,01

Local de Entrega (Quantidade): João Pessoa/PB (120)

Grupo: G1

36 - Geléia

Descrição Detalhada: Geléia Tipo: Frutas, Sabor: Pêssego, Prazo Validade Mínimo: 12 Meses

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 120 **Quantidade Mínima Cotada:** 120

Critério de Julgamento: Menor Preço **Critério de Valor:** Valor Estimado

Valor Unitário (R$): 14,98

Unidade de Fornecimento: Grama **Quantidade Máxima para Adesões:** 240

Intervalo Mínimo entre Lances (R$): 0,01

Local de Entrega (Quantidade): João Pessoa/PB (120)

Grupo: G1

37 - Condimento

Descrição Detalhada: Condimento Tipo: Pimenta Biquinho, Apresentação: Conserva

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 106 **Quantidade Mínima Cotada:** 106

Critério de Julgamento: Menor Preço **Critério de Valor:** Valor Estimado

Valor Unitário (R$): 14,61

Unidade de Fornecimento: Embalagem 250,00 G **Quantidade Máxima para Adesões:** 212

Intervalo Mínimo entre Lances (R$): 0,01

Local de Entrega (Quantidade): João Pessoa/PB (106)

Grupo: G1

38 - Queijo Ralado

Descrição Detalhada: Queijo Ralado Ingredientes: Queijo Parmezon, Material Embalagem: Papel Metálico, Tipo Conservante: Ácido Sórbico, Aplicação: Culinária Industrial

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 240 **Quantidade Mínima Cotada:** 240

Critério de Julgamento: Menor Preço **Critério de Valor:** Valor Estimado

Valor Unitário (R$): 13,76

Unidade de Fornecimento: Pacote 100,00 G **Quantidade Máxima para Adesões:** 480

Intervalo Mínimo entre Lances (R$): 0,01

Local de Entrega (Quantidade): João Pessoa/PB (240)

Grupo: G1

39 - Suco

Descrição Detalhada: Suco Apresentação: Concentrado, Sabor: Uva, Tipo: Industrializado, Características Adicionais: Sem Açucar E Sem Glúten

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 180 **Quantidade Mínima Cotada:** 180

Critério de Julgamento: Menor Preço **Critério de Valor:** Valor Estimado

Valor Unitário (R$): 16,68

Unidade de Fornecimento: Garrafa 1,00 L **Quantidade Máxima para Adesões:** 360

Intervalo Mínimo entre Lances (R$): 0,01

Local de Entrega (Quantidade): João Pessoa/PB (180)

Grupo: G1

40 - Legume Em Conserva

Descrição Detalhada: Legume Em Conserva Tipo: Tomate, Apresentação: Desidratado, Adicional: Conservado Em Óleo E Especiarias

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 145 **Quantidade Mínima Cotada:** 145

Critério de Julgamento: Menor Preço **Critério de Valor:** Valor Estimado

Valor Unitário (R$): 14,66

Unidade de Fornecimento: Embalagem 170,00 G **Quantidade Máxima para Adesões:** 290

Intervalo Mínimo entre Lances (R$): 0,01

Local de Entrega (Quantidade): João Pessoa/PB (145)

Grupo: G1

2 - Composição dos Grupos

Grupo 1			
Nº do Item	Descrição	Quantidade Total	Unidade de Fornecimento
1	Peixe Em Conserva	408	Embalagem 170,00 G
2	Azeite	200	Embalagem 350,00 ML
3	Azeite	456	Embalagem 500,00 ML
4	Biscoito	720	Pacote 144,00 G
5	Doce Não Confeitado	36	Embalagem 30,00 G
6	Farinha arroz	120	Embalagem 500,00 G

7	Farinha De Rosca	301	Embalagem 500,00 G
8	Farinha de trigo	120	Grama
9	Farinha de trigo	211	Quilograma
10	Fermento	108	Embalagem 500,00 G
11	Doce Não Confeitado	120	Embalagem 400,00 G
12	Geléia	120	Embalagem 230,00 G
13	Geléia	120	Embalagem 230,00 G
14	Geléia	120	Embalagem 230,00 G
15	Geléia	120	Embalagem 230,00 G
16	Macarrão	120	Embalagem 500,00 G
17	Molho De Mesa	273	Embalagem 500,00 G
18	Molho De Mesa	593	Embalagem 500,00 G
19	Manteiga	278	Embalagem 500,00 G
20	Massa Alimentícia	501	Unidade
21	Massa Alimentícia	290	Unidade
22	Massa Alimentícia	337	Unidade
23	Massa Alimentícia	237	Unidade
24	Massa Alimentícia	120	Unidade
25	Massa Alimentícia	60	Unidade
26	Legume em conserva	120	Embalagem 200,00 G
27	Legume em conserva	120	Embalagem 200,00 G
28	Molho de mesa	120	Embalagem 400,00 G
29	Massa De Tomate	864	Embalagem 400,00 G
30	Óleo vegetal	1104	Litro
31	Óleo vegetal	714	Mililitro
32	Óleo vegetal	756	Mililitro
33	Legume Em Conserva	76	Embalagem 300,00 G
34	Peixe Em Conserva	120	Embalagem 170,00 G
35	Legume Em Conserva	120	Embalagem 300,00 G
36	Geléia	120	Grama
37	Condimento	106	Embalagem 250,00 G
38	Queijo Ralado	240	Pacote 100,00 G
39	Suco	180	Garrafa 1,00 L
40	Legume Em Conserva	145	Embalagem 170,00 G